

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 27.04.2012

3.2. - 21.06.2012

3.3. - 27.06.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- Acordos de Cooperação - 2012/2013

. Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

. Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos
Alunos do 1.º CEB

. Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular

Ponto 5. **EDUCAÇÃO**

. SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- Participação Familiar - 2012/2013

5.1. Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

5.2. Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos
do 1.º CEB

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

Ponto 6. CULTURA

- . GROJOS - Grupo Onomástico “Os José de Soure”
 - Agradecimento

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL

- . APPACDM de Soure
 - Agradecimento

Ponto 8. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO

- . ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- . Preparação de Concurso Público Internacional
 - Escolha do Procedimento Prévio

Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE
- . Empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”
 - 9.1. Execução de Garantias
 - 9.2. Reparação de Anomalias
 - Escolha do Procedimento Prévio

Ponto 10. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

- . FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2012
 - 10.1. Ornamentação da Vila de Soure
 - Adjudicação
 - 10.2. Programa

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

Ponto 11. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
- . Regulamento de Trânsito na Área da Vila de Soure
 - Proposta

Ponto 12. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
- . Estacionamento para Deficientes
 - Atribuição de um Lugar

Ponto 13. RECURSOS HUMANOS

- . Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- . Contratação de Serviços Externos
 - Escolha do Procedimento Prévio

**Ponto 14. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS
MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE**

- . Publicidade
 - POIARTES 2012 - XXIII Feira Nacional de Artesanato de Vila Nova de Poiares

14.1. Autorização para Divulgação de Evento

14.2. Isenção de Taxas

Ponto 15. REDE DE GÁS NATURAL

15.1. Execução de Ramais Domiciliários

- Autorização

15.2. Taxa de Ocupação do Subsolo

- Aplicação

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

Ponto 16. AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA N.º 2986, DENOMINADA SERRA DO CARVALHAL

. Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure - 3.ª -

(Alteração do n.º 3 do art.º 47.º do Regulamento do PDM

Alteração à Planta de Ordenamento do PDM)

16.1. Terminus do Período de Discussão Pública

- Relatório de Ponderação de Resultados

16.2. Proposta Final

Ponto 17. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

*** EDUCAÇÃO**

Início do Ano Lectivo... apesar de algumas dificuldades sentidas a nível nacional, como é hábito, normal, no Concelho de Soure...

*** REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA**

Na última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal foi eleita uma Unidade Política de Acompanhamento... Unidade Política essa composta pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pelo Senhor Presidente da Câmara, por uma Vereadora do Partido Social Democrata, a Dra. Sónia Vidal, por três Deputados Municipais do Partido Socialista - Dr. Fernando Serrano, Dra. Fátima Nunes e Eng.º Pedro Mota Cordeiro -, dois Deputados Municipais do Partido Social Democrata - Dr. Serralha Duarte e Dr. Rui Cunha -, uma Deputada Municipal da CDU - Ana Fortunato - e pelo Deputado Municipal do Bloco de Esquerda - Luís Rente...

Esta Unidade Política teve já duas reuniões... uma realizada no dia 10 de Setembro, onde houve um consenso unânime sobre o seguinte: a data de realização das auscultações aos Cidadãos Eleitores das Freguesias de Brunhós, Degracias e Tapeus, deverão ocorrer no próximo dia 30 de Setembro... Nessa reunião, foi ainda acordado, também por consenso unânime, que as Assembleias de Freguesia deveriam aprovar um Parecer, o mais tardar, até aos dias 5/6/7 de Outubro... que, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal se deveriam pronunciar, tanto quanto possível, até 10 de Outubro... isto para que a Assembleia Municipal aprovasse uma pronuncia que fosse enviada o mais tardar até dia 12 de Outubro, Sexta-feira, uma vez que o prazo limite é Segunda-feira, dia 15 de Outubro... A Unidade Política aprovou, também por unanimidade, que deveria ser colocada apenas uma questão, na linguagem mais simples e compreensível possível...

No dia 13 de Setembro, realizou-se a segunda reunião da Unidade Política... foi apresentado um “modelo” preparado pelos Serviços da Câmara Municipal... Esse modelo foi considerado positivo, também através de consenso unânime... O modelo aprovado teria uma configuração de A6, com letra mais ou menos miúda e dizia: “*Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, Regime Jurídico aprovado pela lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, auscultação...*” Por exemplo, na Freguesia de Brunhós, a pergunta é: “*com a aplicação desta lei, a qual das Freguesias seguintes acha que a sua Freguesia se deveria juntar/agregar?...*” Gesteira, Samuel ou Vila Nova de Anços... É evidente que a pergunta é a mesma, nas Freguesias de Tapeus e Degracias, só variando, de

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

acordo com o previsto na lei, as Freguesias potencialmente agregadoras... Para além deste modelo para as perguntas, foi ainda aprovado que estes processos eleitorais deveriam decorrer das 9,00 horas às 19,00 horas desse dia (30 de Setembro), e que seriam coordenados pelo Senhor Vereador, Américo Nogueira (que é quem habitualmente coordena todos os processos eleitorais), em articulação com os Senhores Presidentes de Junta das três Freguesias envolvidas...

Aprovámos ainda que, legalmente, a Câmara Municipal deveria mandar fazer, cartazes divulgadores, sem prejuízo de os partidos fazerem a(s) campanha(s) que entendessem por bem... Os cartazes divulgadores deverão fazer uma apelo do género: “*você é que escolhe, você decide!*...” As cores, o amarelo e o preto, são as cores do Concelho de Soure... Os cartazes foram aprovados por consenso unânime, tendo sido considerados atractivos, ilustrativos e adequados...

*** FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS**

No dia 16 de Agosto de 2012, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure, entendeu convidar o ainda, apenas, Conselheiro de Estado e Secretário Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro, para visitar Soure, tanto quanto possível, durante o período em que decorrerão as Festas de S. Mateus... O Senhor Presidente da Câmara considerou que, numa ambiência Europeia e Nacional conturbada, o Senhor Secretário Geral teria tido grandes dificuldades em atender a este convite... mas, que, ainda assim, terá encontrado disponibilidade para nos confirmar, hoje mesmo, formalmente, que, com prazer, esperamos nós, estará em Soure, Sábado, dia 22 de Setembro... De acordo com o programa que nos foi enviado, o Partido Socialista reunirá, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Soure, o seu Laboratório de Ideias, com alguns dos seus mais destacados militantes... Por volta das 17,30h/18,00h serão recebidos na Câmara Municipal, numa sessão de boas vindas... Nós recebemos sempre, qualquer líder de qualquer partido... portanto, será gratificante receber um Conselheiro de Estado que, em simultâneo, é Secretário Geral de um partido com inegável importância na Democracia Portuguesa... Acontece que, nesse dia, nós tínhamos previsto a Inauguração Formal da Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca... Nessa Sessão Solene de Boas Vindas, não escondo que deveremos fazer “dois em um”... Deveremos marcar a Sessão Solene para as 17,30h e a Inauguração para as 18,00h... uma sessão de Boas Vindas, onde, naturalmente, não deixaremos de, com satisfação, convidar o Senhor Secretário Geral do P.S., Dr. António José Seguro, a acompanhar a Inauguração... Os serviços estão a preparar, para essa Sessão Solene, uma apresentação do que era antes, e o que é hoje... Se o tempo o permitir, a seguir

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

a essa sessão de Boas Vindas, faremos uma brevíssima visita ao novo equipamento...

O que é facto é que eu, como Presidente de Câmara, evidentemente que terei todo o orgulho e satisfação de ter tão ilustre presença nesta inauguração pedagógica... Naturalmente que convidaremos todos os Dirigentes do Concelho para que estejam presentes na Inauguração desse extraordinário equipamento... Assim, estamos a informar da visita de um Conselheiro de Estado, que é também líder do maior Partido da Oposição... Nesta ambiência, sem prejuízo do previsto na Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português, deveremos ter educação e sentido de responsabilidade institucional...

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “no âmbito da política de proximidade, representei e acompanhei o Senhor Presidente da Câmara em algumas iniciativas. No dia 01 de Setembro, estivemos nos Casais de S. Jorge, na Freguesia das Degraças, num encontro com os alunos e familiares da Escola de Concertinas dos Casais de S. Jorge.

Posteriormente, estivemos num convívio no Casal dos Ferreiros, na Freguesia de Soure. Tratou-se do habitual convívio anual da “Matança do Porco”.

Nos dias 09 e 10 de Setembro, estivemos nos Casalinhos, no âmbito das Festas da Nossa Senhora do Bomsucesso.

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área da Educação, gostaria de destacar o início do Ano Lectivo. No Concelho de Soure, mais uma vez, o Ano Lectivo teve início de acordo com o Calendário Escolar estabelecido pelo Ministério da Educação.

Já no dia 07 de Setembro, ocorreu a recepção aos alunos e encarregados de educação no INTEP e as aulas começaram no dia 10 de Setembro.

No que toca ao Instituto Pedro Hispano, já iniciaram as actividades no dia 13 de Setembro, com recepção aos alunos do 5.º ano e aos que ali se matricularam pela primeira vez; as aulas começaram hoje, dia 14 de Setembro, para todas as turmas, de acordo com o horário normal.

No Agrupamento de Escolas de Soure, iniciaram hoje as actividades para todos os níveis de ensino, com a apresentação e recepção aos alunos e encarregados de educação. A partir de dia 17 de Setembro, Segunda-feira, as aulas terão o seu horário normal, à excepção do Jardim de Infância de Tapeus, para o qual ainda está a decorrer o processo de substituição do educador que ali está colocado.

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

No que toca às habituais reuniões, com a Educação Pré-Escolar, a Autarquia esteve presente na quase totalidade dos Jardins de Infância...

Relativamente ao Serviço de Apoio à Família, o mesmo terá início também no dia 17 de Setembro e falamos do Serviço de Almoços, Prolongamento de Horário, Transportes e Actividades de Enriquecimento Curricular. Estão colocados todos os Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular e no dia 17 de Setembro, estarão nas respectivas Escolas de acordo com o seu horário.

Pensamos que, mais uma vez, o Ano Lectivo começou com a habitual paz social.

Ontem, o Senhor Presidente de Câmara fez uma reunião no Centro Escolar de Granja do Ulmeiro, na qual também estive presente, assim como o Director do Agrupamento de Escolas de Soure, os Autarcas de Freguesia e todos os Professores, Educadora e Funcionários que trabalham naquela Escola. A obra de ampliação e reabilitação está terminada e já tem todo o equipamento informático, didáctico e mobiliário colocado. Trata-se de mais um novo equipamento escolar a funcionar em pleno, no arranque de mais um novo Ano Lectivo. Nesta reunião, o Senhor Presidente deu a conhecer aquele que será o projecto de reabilitação do espaço exterior, em frente ao Centro Escolar, o que vai reorganizar totalmente a circulação do trânsito.

Na área da Cultura, estive presente, no dia 01 de Setembro, no 14.º Festival de Danças e Cantares organizado pelo Grupo de Pauliteiros de Vila Nova de Anços.

No dia 08 de Setembro, decorreu o 19.º Festival de Folclore organizado pelo Grupo Folclórico e Etnográfico da Granja do Ulmeiro, Festival que encerrou o ciclo de Festivais 2012. No dia 10 de Setembro, recebemos no Salão Nobre da Câmara Municipal o Grupo Italiano que participou neste festival da Granja do Ulmeiro, o Grupo de POSSAGNO, uma localidade próxima de Veneza. É um grupo extremamente simpático e, mais do que um Grupo de Folclore, é um Grupo Coral com imensa qualidade. Ofereceram à Câmara Municipal uma estatueta que é uma reprodução de um escultor conhecido, António Canova, oriundo da sua região, para além de outros presentes.

Foi interessante, ao longo dos diversos Festivais de Folclore do Concelho, a presença de diversos Grupos Estrangeiros, mas também a presença de outros Grupos do Concelho, o que revela uma boa saúde interactiva no plano cultural, entre os diferentes grupos, concelhios. A presença de um Grupo Estrangeiro resulta também em posteriores deslocações ao estrangeiro dos nossos grupos e daí os consequentes pedidos de apoio à sua deslocação. É interessante ver o quanto isso é importante na vida das pessoas, o conhecerem outras pessoas, outras realidades, comunicarem numa língua diferente, alargarem horizontes... Trata-se da forte vertente humana e social desta dinâmica cultural.”

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

O Senhor Presidente referiu que: “recomendei à Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, que marcasse esta reunião de trabalho no novo Centro Escolar da Granja do Ulmeiro... que convidasse para a mesma todos os parceiros que, de alguma forma, são responsáveis pela oferta educativa existente no Concelho... Nessa reunião, para além da apresentação formal do novo equipamento pelo Técnico da Câmara, perguntámos às pessoas se tinham algum reparo a fazer sobre o novo edifício... sobre o mobiliário... sobre o equipamento didáctico... sobre o equipamento informático... Referimos que ali estávamos exactamente para os ouvir, para podermos, em tempo útil, ajustar, porventura modificar quaisquer questões que pudessem ter sido menos bem tratadas, de que não nos tenhamos apercebido... A conclusão a que chegámos é que não houve nenhum reparo!!!...

Depois, procedemos à apresentação de um projecto que irá ser, a curto prazo, realidade: a requalificação de todo o espaço exterior, em termos urbanos, em termos de segurança, em termos de iluminação pública e também em termos de resposta integrada... designadamente, no que toca à necessidade de estacionamento, porque aquilo é um espaço onde estão localizados equipamentos educativos, culturais e desportivos...

Colocámos à discussão um projecto que já é um trabalho dos Serviços Municipais... Uma das Senhoras professoras alertou-nos que não teria sido devidamente salvaguardada a possibilidade de haver um qualquer doente que queira ir à Extensão de Saúde... que, embora se trate de um Serviço de Atendimento Permanente, pode haver a necessidade de um carro familiar, uma ambulância... que deveríamos assegurar esse acesso... Recebemos esse contributo e não tivemos o menor pejo em reconhecer que essa preocupação não teria sido bem tratada... Esse projecto irá ser reformulado, deverá depois ser aprovado pela Câmara Municipal, devendo as obras ocorrerem nas férias da Páscoa do corrente Ano Lectivo.

Sobre o início deste novo Ano Lectivo, mesmo assim, promovemos a realização de alguns investimentos... Evidentemente que uma coisa é um Centro Escolar, um investimento de cerca de 800.000,00 euros, mas houve outros investimentos... Por exemplo, na EB1 de Alfarelos, fizemos um investimento de cerca de 15.000,00 euros, numa requalificação feliz de todo o espaço frontal ao edifício... Para as crianças, a melhoria qualitativa que resulta desse investimento não deve ser medida só em euros...

Nós entendemos sinalizar no arranque do Ano Lectivo, para além das palavras de circunstância, a ilustração inequívoca de que a aposta numa educação qualitativamente cada vez melhor deve, acima de tudo, ter tradução prática em investimentos concretos...”

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “estive presente no Festival Folclore organizado pelo Grupo Folclórico e Etnográfico do Cimeiro. Este Festival serviu também para um saudável convívio das pessoas dos lugares de Casal do Cimeiro, S. Pedro, Marachão e Neras, lugar de residência de grande maioria dos elementos que fazem parte do grupo. Uma noite agradável de folclore e uma excelente actuação dos grupos participantes, bastante aplaudidos pelo muito público presente.

Organização do Clube BTT – Ferroviário, participaram nesta iniciativa cerca de 150 atletas/ciclistas de várias regiões do país. O percurso/circuito que decorreu nas Freguesias - Alfarelos, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro e Vila Nova de Anços - foi bastante elogiado, por reunir condições naturais excelentes para a prática desta modalidade. O Grupo BTT- Ferroviário tem nos seus Corpos Sociais, Ferroviários residentes no Concelho de Soure, mais propriamente nas Freguesias de Alfarelos, Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 27.04.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta. -----

3.2. - 21.06.2012

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos. ----

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

3.3. - 27.06.2012

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos. ----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- Acordos de Cooperação - 2012/2013

- . Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
- . Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB
- . Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: EDUCAÇÃO

Câmara Municipal de Soure
Serviço de Apoio à Família
Acordos de Cooperação 2012/2013
- ACORDOS DE COOPERAÇÃO 2012/2013

À semelhança dos anos anteriores, foi efectuado um levantamento concelhio das necessidades das famílias relativamente ao Serviço de Apoio à Família, a prestar, nas Escolas, no Ano Lectivo 2012/2013.

Face a este levantamento, constata-se ser necessário continuar a prestar os seguintes serviços:

◦ Ao nível da **Educação Pré-Escolar**:

- **Almoço** nos **12 (doze) Jardins de Infância** do Concelho: Alfarelos, Degracias/Pombalinho, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Marco de Samuel, Pouca Pena, Simões, Sobral, Soure, Tapeus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.
- **Complemento de Horário** em **10 (dez)** dos 12 (doze) Jardins de Infância: Alfarelos, Degracias/Pombalinho, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Pouca Pena, Simões, Sobral, Soure, Tapeus e Vila Nova de Anços.

◦ Ao nível do **1.º CEB**:

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

- **Almoço** em 11 (onze) das 12 (doze) Escolas: Alfarelos, Degracias/Pombalinho, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Marco de Samuel, Simões, Sobral, Soure, Tapeus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.
- As **Actividades de Enriquecimento Curricular** vão continuar a funcionar gratuitamente em todas as Escolas até às 17h 30m, no âmbito do Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 8683/2011, de 28 de Junho.

Assim, têm sido celebrados Acordos de Cooperação, quer com os Ministérios da Educação e da Segurança Social, quer com Juntas de Freguesia e outras Instituições do Concelho, as quais têm sido parceiras no apoio à prestação daqueles Serviços.

Neste quadro, para o **Ano Lectivo 2012/2013**, a Câmara Municipal deverá dar continuidade aos **Acordos de Cooperação** com as Instituições do Concelho que têm evidenciado melhores condições para assegurar os serviços referidos.

Considerando:

- **que o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto**, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de Setembro, n.º 12284/2011, de 19 de Setembro e n.º 11886-A/2012, de 06 de Setembro, **aponta como preço a pagar pelos alunos da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB**, o valor fixado para os alunos dos Ensinos Básico e Secundário, em refeitórios escolares, isto é, **1,46 € por refeição**, no **Ano Lectivo 2012/2013**;
- que este **Despacho do Ministério da Educação e Ciência** define também em **0,22 €** a comparticipação máxima a atribuir às Escolas sempre que o custo médio refeição/aluno seja superior a **1,46 €**.

Propõe-se que, no **Ano Lectivo 2012/2013**, a Câmara Municipal continue a assegurar o pagamento de **1,50 € por refeição** às Instituições que prestam aquele serviço, ou aquele que decorrer da ambiência legal aplicável.

No que se refere ao **Acompanhamento dos Alunos** no Serviço de Almoço, Complemento de Horário e Actividades de Enriquecimento Curricular, propõe-se a continuidade da transferência de **280 €/mês**.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

11.09.2012

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “trata-se dos Acordos de Cooperação que habitualmente subscrevemos com as IPSS e as Juntas de Freguesia, para implementarmos o Serviço de Apoio à Família, designadamente, as refeições e

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

o acompanhamento dos alunos durante o Almoço, o Complemento de Horário e as Actividades de Enriquecimento Curricular.

O que se propõe é a continuidade destes Acordos e consequentemente o pagamento de 1,50€ por refeição às IPSS, tendo em conta que o valor médio de refeição/aluno é de 1,46€, de acordo com o Despacho do Ministério da Educação aplicado ao presente ano lectivo. No que se refere ao Acompanhamento dos Alunos, no âmbito do Serviço de Almoço, Prolongamento de Horário e Actividades de Enriquecimento Curricular, propõe-se continuarmos a transferir 280€/mês.

Mantermos estes Acordos de Cooperação tem sido fundamental também para a paz social que se tem verificado nas Escolas, ano após ano.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO

. SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- Participação Familiar - 2012/2013

5.1. Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR 2012/2013

- COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR 2012/2013

Ao longo dos últimos quinze anos, a Câmara Municipal de Soure tem vindo a apostar na criação de condições para a prestação do Serviço de Apoio à Família, designadamente, no que toca ao **Fornecimento de Almoços e Complemento de Horário**, tendo em conta o levantamento concelhio, efectuado anualmente, relativo às necessidades das famílias das crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar.

Assim, têm sido celebrados Protocolos, quer com os Ministérios da Educação e da Segurança Social, quer com as Juntas de Freguesia e outras Instituições do Concelho, as quais têm sido parceiras no apoio à prestação daqueles serviços.

No que toca à Participação Familiar, a Câmara Municipal de Soure, num quadro de consciência social, tem vindo a aprovar uma Tabela menos penalizadora do que a que resulta da aplicação linear da lei, no que toca ao Complemento de Horário, tendo em linha de conta os seguintes critérios:

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

- Adoptar os escalões fixados na lei indexados à Retribuição Mínima Mensal, assegurando-se a sua actualização anual;
- Subdividir o 1.º Escalão em 2, (A e B), assegurando-se assim um tratamento de excepção aos Agregados Familiares, inequivocamente, mais vulneráveis;
- Garantir uma “efectiva” justiça social, definindo taxas para os diferentes escalões numa lógica de progressividade, mas, inferiores às legalmente previstas, dado o período reconhecidamente difícil com que a maioria das famílias se confronta;
- Isentar de pagamento os Agregados Familiares do 1.º Escalão A, isto é, os que manifestamente evidenciem condições socio-económicas muito frágeis;
- Fixar uma Comparticipação Familiar Mínima, correspondente a um nono do valor do Abono de Família para Crianças com idade superior a doze meses, do 1.º Escalão de Rendimentos, definido em Portaria. Naturalmente, esta Comparticipação não poderá ser superior ao montante decorrente da aplicação da legislação prevista.
- Fixar uma Comparticipação Familiar Máxima, que não exceda o custo dos serviços prestados.

Para o **Ano Lectivo 2012/2013**, de acordo com o levantamento concelhio das necessidades das famílias, verifica-se a necessidade da prestação destes Serviços na quase totalidade dos Jardins de Infância, **a partir do dia 17 de Setembro de 2012.**

Assim, persistindo o difícil quadro socio-económico das famílias e considerando-se que devemos continuar a insistir na aplicação de uma Tabela menos penalizadora do que a resultante da Lei em vigor, no que toca ao Complemento de Horário e, de acordo com a ambiência legal, no que toca ao Fornecimento de Almoços, **propõe-se**, nos termos da informação jurídica que junto se anexa, e sempre que estejam reunidas as condições para a prestação daqueles serviços, **que:**

- **A Câmara Municipal mantenha a Tabela actualmente em vigor, isto é, aprove a Tabela de Comparticipação Familiar apresentada em anexo para as Crianças que irão frequentar a EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR da Rede Pública, no Ano Lectivo 2012/2013.**

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

11.09.2012

e

PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA - ANO LECTIVO 2012/2013

Legislação aplicável:

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

Complemento de Horário: Despacho Conjunto n.º 300/97 de 09 de Setembro

Alimentação: Dec.-Lei n.º 55/ 2009 de 02 de Março

Comparticipação Familiar			Retribuição Mínima Mensal
A comparticipação familiar é determinada com base nos seguintes escalões: (Art.º 3º do Despacho Conjunto n.º 300/97)			R.M.M. para o ano 2012
1º Escalão A – até 15%		{ % estabelecida em função da RMM/Remuneração Mínima Mensal	485,00 € (Decreto-lei n.º 143/2010, 31 de Dezembro)
1º Escalão B ---> 15%	até 30%		
2º Escalão ----> 30%	até 50%		
3º Escalão ----> 50%	até 70%		
4º Escalão ----> 70%	até 100%		
5º Escalão ----> 100%	até 150%		
6º Escalão ----> 150%			

PROPOSTA DE TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA O ANO LECTIVO 2012/2013

ESCALÕES	PROPOSTA			Alimentação
	Prolongamento de Horário		Valor Mensal	
Rendimento <i>per capita</i> , indexado à RMM (Retribuição Mínima Mensal)	%			Valor por Refeição
1º Escalão A				
Até 72,75 €	0,0%		0,0 €	Escalão 1 do Abono de Família 0,00 €
1º Escalão B				
De 72,76 € até 145,50 €	4,0%	de 3,91€ ^{*1)} a 5,82 €		
2º Escalão				
De 145,51 € até 242,50 €	9,0%	de 13,10 € a 21,83 €		
3º Escalão				
De 242,51 € até 339,50 €	9,5%	de 23,04 € a 32,25 €		Escalão 2 do Abono de Família 0,73 €
4º Escalão				
De 339,51 € até 485,00 €	10,0%	de 33,95 € a 48,50 €		
5º Escalão				
De 485,01 € até 727,50 €	10,5%	de 50,93 € a 52,50€ ^{*2)}		
6º Escalão				
A partir de 727,51 €	11,0%	52,50€ ^{*2)}		Escalões 3, 4, 5, e 6 do Abono de Família 1,46 €

* 1) Valor Mínimo da Participação Familiar

Este valor não poderá ser superior ao montante decorrente da aplicação da legislação prevista.

* 2) Valor Máximo da Participação Familiar

Tabela aprovada pela Câmara Municipal, em Reunião de __/__/__.

e

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO - PRÉ-ESCOLAR

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- *Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar*
 - *Comparticipação Familiar 2012/2013*

A Câmara Municipal de Soure tem vindo a apostar na criação de condições para a prestação do Serviço de Apoio à Família, designadamente, no que toca ao **Fornecimento de Almoços e Complemento de Horário**, tendo em conta o levantamento concelhio, efectuado anualmente, relativo às necessidades das famílias das crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar.

Neste sentido, têm sido celebrados Protocolos, quer com os Ministérios da Educação e da Segurança Social, quer com as Juntas de Freguesia e outras Instituições do Concelho, as quais têm sido parceiras no apoio à prestação daqueles serviços.

Sobre esta matéria, o **Despacho Conjunto n.º 300/97, de 09 de Setembro** veio definir as normas que regulam a participação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.

Esta componente de apoio deve ser **comparticipada pelas famílias**, tendo em conta as respectivas **condições socio-económicas**, e é determinada com base nos **escalões de rendimento per capita**, indexados à remuneração mínima mensal nos termos do art.º 3.º do Despacho Conjunto supra mencionado.

Neste âmbito, importa também referir o **Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de Março**, que veio estabelecer o Regime Jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios da Acção Social Escolar, e que se aplica às crianças e aos alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos.

Nos termos do art. 8.º do diploma em cima mencionado, **"a responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da acção social escolar é partilhada entre a administração central e os municípios"**.

De acordo com o n.º 1 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, **o preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e as demais regras sobre o respectivo pagamento são fixados, anualmente, por Despacho Governamental**.

Assim, constata-se que, no que toca ao **Fornecimento de Refeições**, este Decreto-Lei também se aplica às **crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar, em Estabelecimentos de Ensino Público**, sendo, no entanto, omissa relativamente ao **Complemento de Horário**. De acordo com orientações da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), mantém-se a aplicação do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 09 de Setembro, para determinação do cálculo da correspondente **Comparticipação Familiar**.

Da conjugação do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de Março, com o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto (que regula as condições de aplicação das medidas de Acção Social Escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios), com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de Setembro, n.º 12284/2011, de 19 de Setembro e pelo Despacho n.º 11886-A/2012, de 06 de Setembro, aplicável ao corrente Ano Lectivo:

- **Compete à Autarquia:**

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

levantamento concelhio, efectuado anualmente, relativo às necessidades das famílias das crianças que frequentam, quer a Educação Pré-Escolar, quer o 1.º CEB

Assim, têm sido celebrados Protocolos, quer com os Ministérios da Educação e da Segurança Social, quer com as Juntas de Freguesia e outras Instituições do Concelho, as quais têm sido parceiras no apoio à prestação daqueles serviços.

Para o **Ano Lectivo 2012/2013**, de acordo com o levantamento concelhio das necessidades das famílias, verifica-se a necessidade da prestação do Serviço de Almoço na quase totalidade das Escolas do 1.º CEB, a **partir do dia 17 de Setembro de 2012**.

Assim, nos termos da informação jurídica que junto se anexa, e sempre que estejam reunidas as condições para a prestação do Serviço de Almoços, no **Ano Lectivo 2012/2013**, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove:

- O pagamento, pelas Famílias, do valor fixado para os alunos dos Ensinos Básico e Secundário em refeitórios escolares, isto é:
 - 1,46€/por refeição – Famílias a partir do Escalão 3 do Abono de Família;
 - 0,73€/por refeição – Famílias a partir do Escalão B (Escalão 2 do Abono de Família);
 - 0,00€/por refeição – Famílias a partir do Escalão A (Escalão 1 do Abono de Família).
- O pagamento integral da refeição, pela Autarquia, para os alunos abrangidos pelo Escalão A (Escalão 1 do Abono de Família) e metade do valor da refeição, para os alunos abrangidos pelo Escalão B (Escalão 2 do Abono de Família).

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009
11.09.2012

e

Foi presente a seguinte Informação:

**Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA**

- *Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB*
- **Comparticipação Familiar 2012/2013**

A Câmara Municipal de Soure tem vindo a apostar na criação de condições para a **prestação do Serviço de Apoio à Família**, designadamente, no que toca ao **Fornecimento de Almoços e Complemento de Horário**, tendo em conta o levantamento concelhio, efectuado anualmente, relativo às necessidades das famílias das crianças que frequentam, **quer a Educação Pré-Escolar, quer o 1.º CEB**.

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

Neste sentido, têm sido celebrados Protocolos, quer com os Ministérios da Educação e da Segurança Social, quer com as Juntas de Freguesia e outras Instituições do Concelho, as quais têm sido parceiras no apoio à prestação daqueles serviços.

Sobre esta matéria, o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de Março, veio estabelecer o **Regime Jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da Acção Social Escolar, e aplica-se às crianças e aos alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos.**

Nos termos do art. 8.º do diploma em cima mencionado, **"a responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da acção social escolar é partilhada entre a administração central e os municípios".**

No que se refere às Refeições Escolares no 1.º CEB, o n.º 1 do art. 21.º do já referido diploma dispõe que: **"o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico visa garantir o acesso às refeições escolares de todos os alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico".**

O regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação aos Municípios, no âmbito do Programa atrás aludido consta de Regulamento aprovado pelo Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios.

Segundo o art. 3.º deste Regulamento, **podem aceder ao apoio financeiro os Municípios que, reunindo condições, manifestem interesse em assegurar refeições escolares aos alunos do 1.º CEB, podendo, para o efeito, realizar parcerias com Agrupamentos de Escolas ou outras Entidades.**

De acordo com o n.º 3 do art. 4.º deste dispositivo legal, **o preço a pagar por refeição pelos alunos do 1.º ciclo do ensino básico abrangidos pelo Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo corresponde ao valor fixado para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.**

Nos termos do n.º 1 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, **o preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e as demais regras sobre o respectivo pagamento são fixados, anualmente, por Despacho Governamental.**

Da conjugação deste diploma com o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de Setembro, n.º de 12284/2011, de 19 de Setembro e pelo Despacho n.º 11886-A/2012, de 06 de Setembro, aplicável ao corrente Ano Lectivo:

- **Compete à Autarquia:**

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

- O pagamento integral da refeição, para cada aluno com direito a Auxílio Económico, abrangido pelo Escalão A (Escalão 1 do Abono de Família);
- O pagamento de metade do valor da refeição para cada aluno com direito a Auxílio Económico, abrangido pelo Escalão B (Escalão 2 do Abono de Família).
- Cabe às Famílias o pagamento de:
 - 1,46€/por refeição (valor fixado para os alunos dos Ensinos Básico e Secundário em refeitórios escolares) - Famílias, a partir do Escalão 3 do Abono de Família;
 - 0,73€/por refeição - Famílias abrangidas pelo Escalão B (Escalão 2 do Abono de Família);
 - 0,00€/por refeição - Famílias abrangidas pelo Escalão A (Escalão 1 do Abono de Família).

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 11 de Setembro de 2012
A Técnica Superior,
(Susana Ramos, Dra.)

DESPACHO
À Reunião de Câmara.
A Vereadora*,
(Ana Maria Treno, Dra.)

*Por delegação e subdelegação de competências, despacho
do Exmo. Sr. Presidente de Câmara de 06/11/2009
11.09.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno. -----

Ponto 6. CULTURA

- . GROJOS - Grupo Onomástico “Os José de Soure”
 - Agradecimento

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

**. APPACDM de Soure
- Agradecimento**

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 8. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO
. ILUMINAÇÃO PÚBLICA
. Preparação de Concurso Público Internacional
- Escolha do Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO
ILUMINAÇÃO PÚBLICA
*** PREPARAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 28/11/2011, foi adjudicada a contratação de uma equipa especializada que realizasse um estudo de viabilidade económica e financeira, para a iluminação pública, que permitisse avaliar, qual e quando se obtinha o retorno financeiro de um conjunto de medidas, designadamente a instalação de luminárias em LED em todo o concelho e a instalação de relógios astronómicos.

Após análise do estudo, os serviços técnicos sugerem que se proceda à adopção das medidas de forma gradual, recomendando uma primeira fase dirigida à instalação de luminárias em LED em todas as zonas urbanas e parte das zonas rurais.

Assim, tendo em atenção que o investimento necessário, para aplicação da medida proposta nesta primeira fase, implicará o recurso à figura do concurso público internacional; que a elaboração das respectivas peças procedimentais - programa do procedimento e caderno de encargos - e a análise das propostas exigem um vasto conhecimento e experiência nesta matéria, que, manifestamente, os serviços municipais ainda não possuem, parece-nos aconselhável, porque necessário, o recurso a uma entidade externa que prepare e acompanhe o processo relativo a este concurso público internacional.

Desta forma, com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, no regime simplificado, uma vez que o preço base é de 4.990,00 euros, inferior ao limite máximo de 5.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. artigo 128º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 03.01.02.02.14.

2. PROCESSO

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- VSA Inovação, Lda.;
- ReportMaxi - Consultores, Lda.;
- ValorGest - Assessoria em Gestão, Lda.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Vítor Miranda, Eng. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente);
- Ivo Costa, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
28/06/2012

e

Assunto: Habitação, Urbanismo e Urbanização

Iluminação Pública

IP – Iluminação Pública

- Relatório do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira de Iluminação Pública

No seguimento da análise efetuada ao Relatório do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira de Iluminação Pública, que avaliou qual e quando se obtém o retorno financeiro de um conjunto de medidas que se podem equacionar ou implementar para obter poupanças de energia significativas e duradouras, aliando ainda a capacidade de redução de emissão de CO2 para a atmosfera, cumpre-me informar o seguinte:

- Os pressupostos base apresentados são válidos e adequados à realidade do Município;
- As medidas de eficiência energética apresentadas são tecnicamente as mais corretas e eventualmente passíveis de ser implementadas, no entanto considera-se que as devemos analisar separadamente e de acordo com as conclusões apresentadas.
- As recomendações relatadas espelham o enquadramento com a realidade atual do Município, do País e também com as medidas vindas a ser tomadas a cabo, por parte de todos os parceiros comunitários;

Deste modo e de acordo com as conclusões apresentadas para cada medida de eficiência energética, avaliarei de seguida cada medida de eficiência energética separadamente:

MEDIDA 1 – INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS LED EM TODO O CONCELHO;

A medida 1 consiste na substituição das luminárias existentes, quer sejam de Vapor de sódio de Alta Pressão, ou de Vapor de mercúrio.

ZONAS RURAIS

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

- Em zonas rurais é sugerida a substituição das atuais luminárias de 50, 70 e 100W por luminárias de tecnologia LED, tipo URBANLED 30 da Exporlux, ou equivalente, permitindo criar uma uniformização da intensidade luminosa, adequadas às necessidades das respectivas zonas.
- Esta medida traduz uma redução estimada de 59,4% no consumo anual total de energia em iluminação pública.
- Sendo o investimento estimado de 1.279.785,00€, prevê-se que o Payback desta medida ocorra ao fim de 12,2 anos.

ZONAS URBANAS

- Em zonas urbanas mais povoadas, sugere-se a substituição das atuais luminárias de 100 e 150W por luminárias de tecnologia LED, tipo URBANLED 43 da Exporlux, ou equivalente, pelos mesmos motivos.
- Esta medida traduz uma redução estimada de 75,2% no consumo anual total de energia em iluminação pública.
- Sendo o investimento estimado de 486.824€, prevê-se que o Payback desta medida ocorra ao fim de 4,7 anos.

MEDIDA 2 – INSTALAÇÃO DE RELOGIOS ASTRONÓMICOS;

A medida 2 consiste na instalação de relógios astronómicos na rede de iluminação pública, permitindo efetuar o comando de funcionamento de uma forma global e ajustada.

- Sugere-se a instalação de relógios astronómicos em todos os 159 Postos de transformação existentes.
- Esta medida traduz uma redução estimada de 10% no consumo anual total de energia em iluminação pública.
- Sendo o investimento estimado de 27.825€, prevê-se que o Payback desta medida ocorra ao fim de 0,8 anos.

MEDIDA 3 – INSTALAÇÃO DE REGULADORES DE FLUXO

A medida 3 consiste na instalação de reguladores de fluxo na rede de iluminação pública, introduzindo de uma forma eficiente e com pouca manutenção, a capacidade de regular e comandar a intensidade da luminosidade durante os diversos períodos de funcionamento.

É sugerida a instalação de reguladores de fluxo em 16 Postos de transformação existentes.

Esta medida prevê-se que traduza uma redução estimada de 5% no consumo anual total de energia em iluminação pública.

Sendo o investimento estimado de 73.920€, prevê-se que o Payback desta medida ocorra ao fim de 4,5 anos.

MEDIDA 4 – SUPRESSÃO DE PONTOS DE LUZ

A medida 4 consiste na supressão de pontos de luz de iluminação pública existentes em zonas despovoadas e caminhos onde quase não se regista movimento noturno.

- Sugere-se a supressão de 500 pontos de luz.
- Esta medida traduz uma redução estimada de 6% no consumo anual total de energia em iluminação pública.
- Sendo o investimento estimado de 25.000€, prevê-se que o Payback desta medida ocorra ao fim de 1,3 anos.

CONCLUSÕES

Tendo em consideração tudo o exposto anteriormente e o conhecimento da realidade do Concelho de Soure, considera-se o seguinte:

- As medidas 1 (instalação de luminárias led em todo o concelho) e a medida 2 (instalação de relógios astronómicos), verificam todos os requisitos técnicos para a sua implementação, pelo que se sugere a sua realização. Assim sendo parece-nos que deverá ser equacionada a possibilidade de um investimento faseado, concretamente nas seguintes fases:
 - 1ª Fase – Sabendo que as luminárias de maior consumo (V.S.A.P. – Vapor de Sódio de Alta Pressão) existentes ao longo do Concelho, representam aproximadamente 66% dos consumos energéticos, e também que segundo as informações técnicas dos produtos, é referida uma longevidade dos

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

equipamentos LED de aprox. 12,5 anos com uma média diária de funcionamento de 11 horas, sugere-se a sua substituição por luminárias LED, nomeadamente as seguintes:

- Substituição das Luminárias de V.S.A.P. (Vapor de Sódio de Alta Pressão)
 - 2.379 Luminárias de V.S.A.P. em Zonas Urbanas;
 - 1.961 Luminárias de V.S.A.P. em Zonas Rurais;
 - 2ª Fase – porventura, paralelamente à 1ª fase, deve ser equacionada a instalação de relógios astronómicos em todas as zonas;
 - 3ª Fase – Substituição das 4.602 luminárias existentes de V.M. (Vapor de Mercúrio) nas zonas rurais, por luminárias LED;
- A medida 3 (instalação de reguladores de fluxo), tendo em consideração a tipologia elétrica do Concelho de Soure, apenas será viável em zonas completamente urbanas, que detenham unicamente infraestruturas de iluminação subterrânea. Deste modo não se sugere a sua implementação.
- A Medida 4 (supressão de pontos de luz), tendo em consideração a natureza muito dispersa do Concelho de Soure, bem como a potencial diminuição de segurança que esta medida possa vir a introduzir, comparavelmente ao benefício, a opção pela supressão de pontos de luz., só se justificará em circunstâncias de caráter muito excepcional.

À Consideração Superior

O Técnico Superior

(Vitor Miranda, Técnico Superior)

18.04.2012

PARECER:

Concordo.

Sugere-se a adopção da modalidade de Concurso Público Internacional, para a concretização da 1.ª Fase referida nas conclusões da presente informação.

À consideração Superior

(Mário Monteiro, Eng.º, Chefe Div. O.P.M.)

2012.05.18

DESPACHO

Ao D.A.G.F.R.H.

Ao c/ Ivo Costa, Dr.

2012.06.08

(João Gouveia, Dr., Presidente da Câmara)

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, encomendámos um estudo sobre eficiência energética para procurar diminuir significativamente, quer os consumos de iluminação sem apagar luzes, quer a quantidade de toneladas de CO2 libertas para a atmosfera... Feito esse estudo, que está disponível para consulta, pedimos aos serviços que se pronunciassem sobre o mesmo... Os serviços concluem, basicamente, que a substituição de todas as luminárias existentes no Concelho, quer em zonas urbanas, quer em zonas rurais, deve ser equacionada... que, igualmente, deve ser promovida a colocação de relógios astronómicos como forma de controle do horário... Depois o estudo aponta ainda para outro tipo de investimentos, como fluxos reguladores e supressão de pontos de luz... Nós não vemos com “bons

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

olhos” que se apague a luz, a não ser em situações de excepção (já o fizemos na Variante da Vila de Soure, num ou noutro Jardim, porventura excessivamente bem iluminado, mas, não o fizemos em circunstância alguma que pudesse significar diminuição da segurança dos cidadãos)... Nós temos cerca de 9.000 luminárias no Concelho, umas em áreas urbanas e outras em áreas rurais, umas são de vapor de mercúrio e outras de vapor de sódio... As de vapor de sódio significam $\approx 60\%$ de consumo energético do Concelho... Assim, aquilo que parece importar para termos eficiência energética é que, para já, pelo menos, promovamos a substituição, numa primeira fase, de todas as luminárias existentes na área urbana do Concelho e de parte das luminárias existentes na área rural... Para esta primeira fase estaria implícito um investimento significativo, mas a nossa intenção é não fazer esse investimento... a nossa intenção é recorrermos a um qualquer grupo no mercado internacional que se proponha, num curto espaço de tempo, a substituir essas luminárias, por led's com uma durabilidade que, tecnicamente, aponta para os doze anos... Nós, sem qualquer esforço de tesouraria, teríamos poupanças no plano económico, acima de tudo, também no plano ambiental, pois iríamos diminuir, exponencialmente, as toneladas de CO2 libertadas para a atmosfera!!!...

Os nossos serviços não têm a menor experiência na organização de um Concurso Público Internacional... Assim, sugerem que se aprove o recurso à modalidade de ajuste directo com consulta, para escolha de um grupo habilitado para a preparação deste Concurso Internacional...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

- Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO**
 . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE
 . Empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”

9.1. Execução de Garantias

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

Concepção/Execução do Plano de Pormenor dos BaceLOS – 2ª Fase

Empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”

Execução de Garantias (bancárias, seguro caução e deduções de pagamentos)

Relativamente ao tema em assunto:

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

- Na sequência do processo de Recepção Definitiva da empreitada “Urbanização e Urbanismo – Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”, levada a cabo pela firma Leirlislena – Sociedade de Construções S.A. e concluída no ano de 2006;
- Confirmada a ausência de resposta, em tempo útil/legalmente exigível, do Administrador Judicial da Sociedade, quanto à sua obrigação de proceder à reparação das deficiências identificadas no respetivo auto de recepção definitiva;
- Face à informação jurídica do Dr. Edgar Domingues, jurista avençado do município, em anexo;

Sugere-se a aprovação do acionamento das garantias bancárias, existentes para a empreitada referida no parágrafo anterior, até ao valor necessário à execução das correções identificadas;

À consideração superior,

(Mário Monteiro, Eng.º)

(Chefe. Divisão O. P. M.)

2012-09-11

c

assunto: Execução da reparação de anomalias por conta do empreiteiro. Accionamento das garantias prestadas.

processo: Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo ao Ar Livre da Palmeira

empreiteiro: Leirlislena – Sociedade de Construções, SA.

Relativamente à questão colocada sob análise jurídica somos a informar o seguinte:

Através do ofício n.º1029 de 16/02/2012, remetido por correio registado com aviso de recepção, procedeu-se, nos termos do n.º1, 2 e 3 do artigo 218.º do D.L. n.º59/99, de 2 de Março, ex vi do n.º3 do artigo 227.º, à notificação do Administrador Judicial da sociedade “Leirlislena – Sociedade de Construções, SA.” do Auto de Recepção Definitiva da empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”.

Do referido Auto consta expressamente que a mesma apresenta deficiências, deteriorações, indícios de ruína, pelas quais deva responsabilizar-se o empreiteiro.

A lista de anomalias detectadas na obra são as seguintes:

- Reparação de caldeiras;
- Reparação de pedras danificadas;

Mais refere o Auto, que a obra não está em condições de ser recebida definitivamente.

Foi efectuada a notificação do Auto de Recepção Definitiva e estipulado o prazo de 15 dias para reparação das anomalias.

Decorreu o prazo de 8 dias, previsto no n.º3 do artigo 218.º para reclamação do mesmo, sem que tenha ocorrido qualquer reclamação.

De igual modo não foram efectuadas, no prazo concedido, as reparações ordenadas nos termos do n.º1 do artigo 218.º.

Ora, nos termos do n.º4 do artigo 218.º “Quando o empreiteiro (...) não faça nos prazos marcados as modificações ou reparações ordenadas, assistirá ao dono da obra o direito de as mandar efectuar por conta do empreiteiro, accionando as garantias previstas no contrato.”

No contrato de empreitada da “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira” o empreiteiro prestou as seguintes cauções:

- No valor de €37.232,35, mediante garantia bancária n.º02/197/95975 emitida pelo Banco BPI.

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

- Reforço de caução mediante garantia bancária n.º980580001058 emitida pelo Banco BBVA, no valor de 16.339,37.
- Seguro caução apólice n.º 7400415701111, no valor de 9.079,99;
- Deduções de 5% nos pagamentos, no montante total de 35.162,69

O beneficiário das garantias bancárias e do seguro caução é a Câmara Municipal de Soure.

As referidas garantias bancária e o seguro caução, foram emitidos na condição de serem liquidadas à responsabilidade das entidades emitentes, a simples solicitação do beneficiário, não lhe sendo oponíveis quaisquer factos.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do n.º4 do artigo 218.º do D.L. n.º59/99, de 2 de Março, ex vi do n.º1 do artigo 228.º, deve a Câmara Municipal de Soure, na qualidade de dono da obra, mandar efectuar, por conta do empreiteiro, as obras de reparação ordenadas e mencionadas no auto de recepção definitiva, que não foram, no prazo marcado, efectuadas por aquele.

Para o efeito, deverão ser accionadas as referidas garantias bancárias e seguro-caução, bem como utilizado o montante deduzido aos pagamentos, até ao valor do orçamento das obras de reparação necessárias a executar.

11 de Setembro de 2012

À consideração superior,
(Edgar J. Domingues, Dr.)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Execução de Garantias, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

9.2. Reparação de Anomalias

- Escolha do Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

Concepção/Execução do Plano de Pormenor dos Bacelos – 2ª Fase

Empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”

Reparação de Anomalias da obra

Escolha do procedimento prévio

Relativamente ao tema em assunto:

- Na sequência do processo de Recepção Definitiva da empreitada “Urbanização e Urbanismo – Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”, levada a cabo pela firma Leirislena – Sociedade de Construções S.A. e concluída no ano de 2006;
- Confirmada a ausência de resposta, em tempo útil/legalmente exigível, do Administrador Judicial da Sociedade, quanto à sua obrigação de proceder à reparação das deficiências identificadas no respetivo auto de recepção definitiva;
- Sugerida a execução das garantias bancárias da obra, no valor global de 97.814,40€;

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

- Estimado o valor para execução daquelas reparações, constantes do mapa/orçamento em anexo – “Correção de anomalias no Largo Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira - Espaço Soure 1111”, que totaliza 94.000,00€ + IVA;

Sugere-se a realização daqueles trabalhos por empreitada, com recurso ao Ajuste Direto e consulta às seguintes entidades:

- Gadanha Pavimentos, Lda;
- Salta Regra, Lda;

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe. Divisão O. P. M.)
2012-09-11

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 10. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
. FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2012**

**10.1. Ornamentação da Vila de Soure
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2012
- ORNAMENTAÇÃO DA VILA DE SOURE – SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO
- ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 31.08.2012, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

Das empresas consultadas, apenas a seguinte apresentou proposta:

EMPRESA	VALOR
Fabrilight - Iluminações, Unipessoal, Lda.	10.500,00 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base definido (13.000,00€), sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

- 2- A necessidade inequívoca de rever a Regulamentação Municipal existente sobre o Trânsito e o Estacionamento, visando dotar o Município de Soure de um instrumento compatível com a realidade existente.
- 3- Que, no dia 11 de Fevereiro de 2010, foi aprovada, por unanimidade, a formação de um Grupo de Trabalho constituído por um vasto número de Representantes de Instituições sediadas em Soure, com o objectivo de preparar uma Proposta para a melhoria do trânsito na Sede do Concelho.
- 4- Que o Grupo de Trabalho reuniu nos dias 5 e 16 de Março de 2011, tendo sido debatidas e acordadas alterações, com um consenso, quase, generalizado.
- 5- Que essas alterações ao trânsito têm vindo a ser implementadas de forma faseada, experimental, tendo-se verificado a necessidade de se proceder a alguns ajustes que se revelaram adequados e equilibrados.
- 6- Que, após um período de avaliação, se constata: melhor fluidez e disciplina de trânsito, aumentando a segurança e mobilidade da população e, por conseguinte, a respectiva melhoria da qualidade de vida.

Assim, apresentamos, nos termos da Lei, esta Proposta de novo Regulamento de Trânsito.

O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)
04.09.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

e

Assunto: **REGULAMENTO DE TRÂNSITO PARA A VILA DE SOURE**
APROVAÇÃO

Presente que nos foi o projeto do Regulamento de Trânsito para a Vila de Soure, cumpre informar quanto ao procedimento para a sua aprovação bem como o quadro regulador da competência para a mesma.

Dentro das competências das Câmaras Municipais, encontramos algumas relacionadas com o trânsito como é o caso da alínea u) do n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que confere competência para «deliberar sobre estacionamento dos veículos nas ruas e demais lugares públicos.»

Na anterior Lei das Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 100/84, de 29.03 -, a matéria do trânsito estava especialmente prescrita na alínea d) do n.º 4 do artigo 51.º como competência da Câmara Municipal. De acordo com aquela disposição «compete à Câmara Municipal deliberar sobre tudo o que interessa à segurança e comodidade do trânsito nas ruas e demais lugares públicos e não se insira na competência de outros órgãos ou entidades.»

Aliás, a Procuradoria-Geral da República pronunciou-se sobre esta matéria no parecer n.º 75/94, publicado no DR, n.º 258, de 7/11/1999, tem concluído que:

«1. Após a revisão constitucional de 1982, o poder regulamentar do município deixou de ser da competência exclusiva da Assembleia Municipal, para ser repartido entre esta e a Câmara Municipal.

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

2. De acordo com o Decreto-Lei n.º 100/84, de 29.03, a Câmara Municipal tem competência para editar regulamentos ou posturas sobre determinadas matérias, nomeadamente na disciplina do trânsito e estacionamento de veículos nas ruas, estradas e caminhos municipais.»

Se a PGR já entendia, no âmbito da anterior Lei das Autarquias Locais, que as Câmaras Municipais possuíam poderes para laborar e aprovar regulamentos sobre matérias da exclusiva competência¹, face à actual lei tais dúvidas não existem, dado que tal matéria tem expressa consagração legal na alínea a), do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01.

Deste modo, em matérias da exclusiva competência da Câmara Municipal, será este órgão competente para elaborar e aprovar regulamentos independentes (regulamentos que não exigem a existência de uma lei prévia, individualizada sobre a matéria regulamentar, sendo lei habilitante a norma que atribui competências regulamentares ao órgão em questão) ou de execução (regulamentos destinados a tornar aplicáveis as leis existentes), obviamente com eficácia externa.

No entanto, de facto poder-se-á colocar a questão de não haver norma de competência expressa sobre o trânsito, como no anterior diploma legal, e estar apenas expressa a competência sobre o estacionamento.

Relativamente a esta questão, é entendimento que se trata de uma lacuna que deve ser preenchida de acordo com o artigo 10.º do Código Civil, ou seja, segundo norma aplicável aos casos análogos.

Ora, se existe uma norma que confere a competência sobre o estacionamento à Câmara Municipal (sendo o estacionamento uma das questões do trânsito) a lacuna sobre o trânsito propriamente dito ficará preenchida atribuindo esta competência à Câmara Municipal e consequentemente o respectivo poder regulamentar.

Assim, e em conclusão, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os regulamentos de trânsito (neste sentido igualmente se pronunciou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, designadamente através dos Pareceres Jurídicos n.º171/03 de 18/07/2003, n.º30/04 de 22/01/2004 e n.º02/05 de 03/01/2005)

Por fim, relativamente ao princípio da audiência prévia dos interessados em matéria de procedimento regulamentar e da sujeição a apreciação pública dos regulamentos embora previstas nos artigos 117.º e 118.º do CPA, eles ficaram dependentes de legislação própria, que até ao momento não foi publicada.

No que respeita à publicidade, enquanto condição de eficácia dos regulamentos, a lei não estabelece relativamente ao regulamento sobre as matérias em causa qualquer forma especial. Deste modo, de acordo com o artigo 91.º do citado Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o presente regulamento, para ter eficácia externa, carece apenas de publicação em edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação.

Nestes termos somos de parecer:

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o presente Regulamentos de Trânsito para a Vila de Soure;

Considerando a matéria em questão, deverá a deliberação, o texto do Regulamento e respectivos anexos, ser objecto de publicação nos termos do n.º1 do artigo 91.º do Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos das Autarquias Locais;

Para uma melhor divulgação do Regulamento, recomenda-se também a utilização do site da Câmara Municipal e a sua publicação noutros meios de comunicação, designadamente no jornal do concelho.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
22.08.2012

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

Regulamento de Trânsito para a Vila de Soure

PREÂMBULO

Nos termos do n.º 8 do artigo 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa e das alíneas u) do n.º 1 e a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18.09, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, é aprovado pela Câmara Municipal de Soure o Regulamento de Trânsito para a Vila de Soure.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece as normas pelas quais se rege o trânsito e estacionamento de veículos na Vila de Soure, de acordo com a delimitação e sinalização constante das plantas anexas a este regulamento.

Capítulo II

Proibição de Trânsito

Artigo 2.º

Trânsito proibido em ambos os sentidos

É proibido, conforme sinalização no local, o trânsito de veículos nas seguintes artérias:

- 1- Travessa da Rata;
- 2- Travessa da Chita;
- 3- Rua do Arco;
- 4- Travessa dos Ferreiros;
- 5- Travessa Rua da Igreja;
- 6- Travessa da Levada;
- 7- Travessa do Relógio;
- 8- Travessa da Praça Miguel Bombarda à Rua Evaristo Carvalho Pae;
- 9- Rua da Igreja.

Artigo 3.º

Trânsito proibido no sentido Norte/Sul

É proibido o trânsito de veículos no sentido Norte/Sul nas seguintes artérias:

- 1- Rua Lino Galvão;
- 2- Travessa do Jardim;
- 3- Rua da Carreira
- 4- Rua Evaristo Carvalho Pai

Artigo 4.º

Trânsito proibido no sentido Sul /Norte

É proibido, conforme sinalização no local, o trânsito de veículos no sentido Sul/Norte nas seguintes artérias:

- 1- Largo dos Moinhos até à Praça Heróis Coutinho e Cabral;
- 2- Rua dos Ferreiros;
- 3- Rua dos Melos;
- 4- Largo Santo Agostinho e Rua João de Deus;
- 5- Largo Combatentes da Grande Guerra;
- 6- Rua trás da Misericórdia.

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

- 7- Rua da Levada entre a Travessa da Cadeia e a Travessa da Levada.
- 8- Rua dos Fornos
- 9- Rua Alexandre Herculano
- 10- Rua dos Templários
- 11- Rua dos Melos
- 12- Rua da Levada
- 13- Rua Senhor dos Aflitos

Artigo 5.º

Trânsito proibido no sentido Nascente/Poente

É proibido, conforme sinalização no local, o trânsito de veículos no sentido Nascente/Poente nas seguintes artérias:

- 1- Rua do Outeiro;
- 2- Rua Evaristo Carvalho Pai;
- 3- Rua João Albuquerque de Oliveira, até Av. Dr. Esteves Simões;
- 4- Rua António José Carvalho Ventura;
- 5- Rua José A. Barrilaro Ruas;
- 6- Rua do Cais;
- 7- Travessa da Cadeia;

Artigo 6.º

Trânsito proibido no sentido Poente/Nascente

É proibido, conforme sinalização no local, o trânsito de veículos no sentido Poente/Nascente nas seguintes artérias:

- 1- Rua da Misericórdia;
- 2- Rua do Talho;
- 3- Rua do Hospital;
- 4- Rua João Albuquerque de Oliveira até Av. Doutor Manuel das Neves;
- 5- Rua Combatentes da Grande Guerra.
- 6- Rua do Outeiro
- 7- Rua dos Fornos

Artigo 7.º

Proibição de trânsito de veículos pesados

É proibido, conforme sinalização no local, o trânsito a veículos pesados nas seguintes artérias:

- 1- Rua Alexandre Herculano (excepto cargas e descargas até 3,5 toneladas, veículos de passageiros e CMS);
- 2- Rua João de Deus (excepto cargas e descargas, veículos de passageiros e CMS);
- 3- Rua dos Combatentes da Grande Guerra (excepto cargas e descargas, veículos de passageiros e CMS);
- 4- Avenida Conselheiro Matoso (excepto cargas e descargas, veículos de passageiros e CMS);

Artigo 8.º

Sentido obrigatório

Os veículos circularão em sentido obrigatório contrário ao movimento dos ponteiros do relógio nas seguintes artérias:

- 1- Praça da República;
- 2- Ruas Circundantes ao Mercado Municipal;
- 3- Praça Miguel Bombarda;
- 4- Ruas laterais e da retaguarda da Câmara Municipal.
- 5- Largo Conde Ferreira

Artigo 9.º

Via de dois sentidos com separador lateral

Na Avenida Dr. Abel das Neves os veículos circularão obrigatoriamente no Sentido Sul/Norte à direita do separador nas duas faixas de rodagem e vice-versa (Norte/Sul).

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

Capítulo III

Do estacionamento e paragem de veículos

Secção I

Do estacionamento e paragem de veículos

Artigo 10.º

Proibição de estacionamento ou paragem nos dois sentidos

É proibido, conforme sinalização no local, o estacionamento ou paragem de veículos, em ambos os sentidos, nas seguintes artérias:

- 1- Rua João de Deus;
- 2- Rua Manuel Nogueira, excepto veículos dos B.V.S.;
- 3- Rua dos Combatentes da Grande Guerra (excepto sábados, domingos e feriados, dias úteis das 19:30 às 7:00 horas e cargas e descargas;
- 4- Avenida Neuville du Poitou;
- 5- Avenida Dr.º João Esteves Simões;
- 6- Travessa da Cadeia;

Artigo 11.º

Proibição de estacionamento ou paragem

É proibido, conforme sinalização no local, o estacionamento ou paragem de veículos nas seguintes artérias:

- 1- Rua da Carreira;
- 2- Rua do Talho;
- 3- Rua dos Ferreiros;
- 4- Rua dos Fornos;
- 5- Rua da Misericórdia;
- 6- Rua do Hospital;
- 7- Rua da Levada;
- 8- Travessa do Jardim;
- 9- Avenida Conselheiro Matoso;
- 10- Rua Alexandre Herculano;
- 11- Rua Alferes Barrilaro Ruas;
- 12- Rua do Outeiro;
- 13- Rua do Cais;
- 14- Rua dos Melos;
- 15- Arruamentos circundantes ao Mercado Municipal “excepto no local devidamente sinalizado”;
- 16- Praça da República, no lado sul;
- 17- Rua dos Templários;
- 18- Rua Trás da Misericórdia;
- 19- Praça Miguel Bombarda, lado nascente, norte e sul;
- 20- Rua João Albuquerque de Oliveira;
- 21- Rua Delfim Pinheiro;
- 22- Largo Combatentes da Grande Guerra;
- 23- Largo Santo Agostinho;
- 24- Travessa da Cadeia;
- 25- Avenida Dr. Raúl Madeira;
- 26- Rua Sr. dos Aflitos;
- 27- Rua Evaristo Carvalho Pae;
- 28- Avenida Bombeiros Voluntários;
- 29- Rua da Vitória;
- 30- Largo das Amoreiras;
- 31- Avenida Dr. Esteves Simões;
- 32- Av. Dr. Humberto Luís Lopes

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

Artigo 12.º

Proibição de estacionamento de veículos pesados

É proibido, conforme sinalização no local, o estacionamento a veículos pesados nas seguintes artérias:

- 1- Avenida dos Bombeiros Voluntários (nos dois sentidos);
- 2- Rua do Cemitério (entre o cemitério e as bombas de gasolina “nos dois sentidos”);
- 3- Rua António José Carvalho Ventura (sentido Nascente/Poente) desde a Rua Almirante João Contente até à Avenida Abel das Neves;
- 4- Avenida Abel das Neves;
- 5- Avenida dos Bombeiros Voluntários;
- 6- Rua João Albuquerque de Oliveira;
- 7- Estrada/Desvio da rotunda até E.N.342.

Artigo 13.º

Estacionamento de táxis

1. O estacionamento de Táxis na Vila de Soure é localizado na Praça dos Combatentes da Grande Guerra, em frente ao Edifício da Caixa Geral de Depósitos, no seu lado oposto, em fila, e no sentido Norte/Sul.
2. Aquando da Feira/Festa Anual de S. Mateus, a Câmara Municipal poderá designar outro local, onde, no decorrer daquele evento, se localizará o estacionamento de táxis.

Artigo 14.º

Cargas e descargas

A carga e descarga na via pública deverão fazer-se directamente do veículo para o interior das propriedades ou vice-versa num período não superior a 15 minutos e sem prejuízo para o trânsito.

Artigo 15.º

Excepções

Nos arruamentos e locais onde é proibido o estacionamento de veículos, são permitidas rápidas paragens para tomar ou largar passageiro, desde que as mesmas não excedam o período de 3 minutos, e permitam a passagem de outro veículo sem que seja interrompido o trânsito.

§ Durante esse período o condutor não deverá abandonar a viatura.

Secção II

Dos Parques de Estacionamento

Artigo 16.º

Parques de estacionamento

São fixados os seguintes parques de estacionamento:

1. Junto aos Paços do Concelho Com Parques Nascente, Poente e Norte;
2. Espaço Multiusos Soure 1111;
3. Largo Conde Ferreira;
4. Largo João Albuquerque de Oliveira;
5. Largo do Mercado com excepção mencionada em sinal próprio;
6. Parque na Avenida dos Bombeiros Voluntários.
7. Largo na Rua Dr. Delfim Pinheiro;
8. Praça dos Heróis Coutinho e Cabral;
9. Praceta na Rua Sr. Dos Aflitos;
10. Espaço frontal ao Pavilhão Desportivo na Quinta da Coutada;
11. Espaço adjacente ao Pavilhão Desportivo da Encosta do Sol;
12. Entrada da Zona Industrial de Soure (Pesados);

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

13. Zona Perimetral da Escola Martinho Árias;
14. Zona Perimetral da Escola EB 2/3 de Soure;
15. Espaço do antigo Bairro Pré-Fabricado (Ligeiros, pesados de passageiros e mercadorias).

Artigo 17.º

Zona de estacionamento de Longa Duração

1. São as seguintes as Zonas de estacionamento de longa duração:
 - a) Parque envolvente ao Mercado Municipal;
 - b) Espaço Multiusos Soure – 1111;
2. Os veículos pesados de passageiros só podem estacionar no parque junto à Escola Secundária Martinho Árias, na Rua Evaristo de Carvalho (Filho), junto à Várzea das Mós, junto do antigo Bairro Pré-Fabricado e junto ao Pavilhão Municipal.
3. Os veículos pesados de mercadorias só podem estacionar na Zona Industrial, no parque TIR e junto do antigo Bairro Pré-Fabricado.

Artigo 18.º

Zona de Estacionamento de Duração Limitada

1. As zonas de Estacionamento de Duração Limitada, são todas aquelas que ocorrem à superfície, dentro de um espaço demarcado através de sinalização vertical e horizontal, na via pública ou em parque, não podendo exceder um determinado período de tempo máximo de permanência;
2. As zonas de estacionamento de duração limitada ficam condicionadas ao período compreendido entre as 00,70 horas e as 19,00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.
3. Aos sábados a partir das 14 horas e até segunda-feira às 00,70 horas, bem como aos feriados, os locais de estacionamento de curta duração são livres de horários.
4. Podem estacionar naqueles espaços:
 - a) Os veículos ligeiros, excluindo as auto caravanas;
 - b) Os motociclos, os ciclomotores e os velocípedes, nas áreas que lhes estejam reservadas através de sinalização adequada;
 - c) Poderá a Câmara Municipal atribuir zonas de estacionamento reservado a deficientes motores, devidamente sinalizados;
5. Passam a ser zonas de estacionamento de duração limitada, na área da vila de Soure:
 - a) Av.ª Conselheiro Matoso;
 - b) Praça Heróis Coutinho e Cabral (início da R. Alexandre Herculano);
 - c) Rua Combatentes Grande Guerra – sentido Norte/Sul;

Capítulo V

Passagem de peões

Artigo 19.º

Passagem de peões

Os arruamentos a seguir indicados disporão, conforme sinalização no local, de passagem de peões:

1. Avenida Dr. Abel das Neves;
2. Avenida Neuville du Poitou;
3. Praça da República;
4. Rua dos Combatentes da Grande Guerra;
5. Rua João de Deus;
6. Avenida Dr. Esteves Simões;
7. Avenida Conselheiro Moura Matoso;
8. Rua Manuel Nogueira;
9. Avenida dos Bombeiros Voluntários;

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

10. Rua João Albuquerque de Oliveira;
11. Avenida Dr. Raúl Madeira;
12. Rua Fernando Marques Duarte Santos;
13. Ruas A,B,C e F da Zona Industrial de Soure;
14. Avenida Dr. Humberto Lopes Luís

Capítulo VI

Da velocidade de veículos

Artigo 20.º

Velocidade dos veículos

Dentro da Vila de Soure a velocidade de veículos não poderá exceder os 40Km/hora.

Capítulo VII

Disposições finais

Artigo 21.º

Anexos

Fazem parte integrante do presente regulamento os seguintes anexos:

- a) Plantas de Cadastro de Sinalização Rodoviária da Vila de Soure 1 a 89
- b) Planta de Cadastro de Sinalização Rodoviária da Vila de Soure 00A
- c) Planta de Cadastro de Sinalização Rodoviária da Vila de Soure 00S1
- d) Planta de Cadastro de Sinalização Rodoviária da Vila de Soure 00S2

Artigo 22.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento revoga o Regulamento de Trânsito aprovado pela Câmara Municipal de Soure em 30 de Julho de 2004 e entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, desde 11 de Fevereiro de 2010, que iniciámos um processo inovador... tão inovador que, agora, até a Câmara Municipal de Lisboa está a repetir esta metodologia... Começámos por fazer períodos experimentais e depois em função das avaliações, fomos promovendo os ajustes adequados... Assim, chegámos à proposta de Revisão do Regulamento de Trânsito da Vila de Soure... Tivemos períodos em que as coisas não correram tão bem, como gostaríamos... fizemos pequenos ajustes, dialogámos... Pensamos que esta proposta final, que é a que está implementada, porventura não agradando a todos, está testada, e, parece-nos profundamente equilibrada... Releve-se, ainda, que, a todo o momento, aquilo que possa estar menos bem, poderá e deverá ser ajustado/modificado...”

Assim, propõe-se que se aprove esta proposta de Regulamento de Trânsito da Vila de Soure.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “tratou-se de um processo de alguma complexidade. Teve início com a constituição de um Grupo de Trabalho que envolveu Instituições e Empresas sediadas na Vila de Soure com objectivo de

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

preparar uma proposta para melhorar o trânsito na sede do Concelho. As reuniões foram muito participadas e dinâmicas, focadas na contribuição de todos para uma melhor funcionalidade e segurança rodoviária.

A implementação das novas regras de trânsito foram feitas de forma gradual, experimental e com um “amadurecimento” que foi essencial em todo o processo. Sabemos que estas situações não são inteiramente consensuais, existindo sempre algumas resistências. Mas, prevaleceu o equilíbrio e o bom senso. Houve, também, a preocupação de criar e rentabilizar alguns espaços e parques que resultaram num aumento significativo do número de estacionamento.

Gostaria de referir dois ou três exemplos: na Rua Combatentes da Grande Guerra, na hora de ponta, diariamente confrontávamo-nos com engarrafamentos, discussões, e por vezes, acidentes. Na Avenida Neuville Poitou no cruzamento com a Rua Dr. Tomás de Oliveira e também na Rua Alferes Barrilero Ruas, os acidentes eram muito frequentes. Hoje verificamos que os veículos circulam com maior segurança e fluidez.

Este Grupo de Trabalho foi dedicado e empenhado neste processo. Gostava de realçar a forte colaboração do anterior Comandante do Posto da GNR e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soure. Em suma, foi u processo trabalhoso, complexo, mas que resultou numa maior segurança e fluidez rodoviária com consequências na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.”

O Senhor Presidente referiu que: “esta proposta é muito consensual, foi, aliás, testada por vários “sectores sociais”.... Este processo teve, do nosso ponto de vista, duas grandes virtudes: a co-responsabilização da sociedade civil com a proposta final do Grupo de Trabalho, e, a inovação no plano metodológico, com o facto de se amadurecer a proposta, após o decurso de um período experimental... Quando assim é, o resultado só pode ser uma maior disciplina de utilização das vias públicas e, quando há mais disciplina, há aquilo a que nós chamamos uma melhoria significativa do equilíbrio social e urbano, também no plano da mobilidade... Este é um processo que deverá ser repetido na segunda zona mais urbana do Concelho, a Granja do Ulmeiro, naturalmente, utilizando a mesma matriz metodológica...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Regulamento de Trânsito. -----

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

Ponto 12. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . **REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**
- . **Estacionamento para Deficientes**
 - **Atribuição de um Lugar**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: - COMUNICAÇÕES TRANSPORTES

- **REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**
- **Estacionamento para deficientes**
 - *Atribuição de um lugar (Bairro da Misericórdia n.º 16, na Vila de Soure)*

Relativamente ao tema em assunto, em cumprimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara, informamos:

1. Avaliada a pretensão consideramos que a mesma poderá ser deferida;
2. Sugere-se a reserva de estacionamento na via pública de um lugar para veículos utilizados no transporte de pessoas com deficiência, a materializar/sinalizar no lugar de estacionamento já existente em frente à moradia da requerente, do lado oposto do arruamento, por ser o mais adequado face às características rodoviárias da envolvente;
3. A sua materialização/sinalização deverá ser feita através da colocação do sinal H1a e do painel adicional modelo 11d, constantes, respetivamente dos quadros XXIX e XXXV, do Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo D.R. n.º 22-A/98 de 1 de Outubro.

À consideração superior,

(Mário Monteiro, Eng.º.)

(Chefe Div. O.P.M.)

2012-09-04

c

Assunto: Lugar de estacionamento para deficiente

- Bairro da Misericórdia, nº 16, na Vila de Soure

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A Senhora Maria Adelaide Gomes Dias Caridade, residente no Bairro da Misericórdia na Vila de Soure, vem solicitar a criação de um lugar de estacionamento para deficiente junto à sua habitação para facilitar a mobilidade nos cuidados prestados à sua filha que sofre de deficiência motora com paralisia de 90%.

No âmbito da regulação do trânsito, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Na situação em apreço, não existe no regulamento municipal de trânsito para a Vila de Soure qualquer previsão específica que discipline o estacionamento no bairro supra identificado, pelo que a pretensão deve ser analisada ao nível da lei geral e na esfera das atribuições e competências dos órgãos municipais.

Ora ...

O Código da Estrada prevê no nº 3 do artº 70º a possibilidade, mediante sinalização, de nas zonas de estacionamento haver lugares reservados a veículos utilizados no transporte de pessoas com deficiência.

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

Face ao atrás exposto, concluímos:

1. Deverá, para uma melhor decisão, ser determinado aos serviços técnicos a realização de uma avaliação sobre esta pretensão, relacionando-a com a ponderação de outros factores, designadamente, a normal circulação do trânsito de viaturas e peões e/ou eventuais prejuízos criados para terceiros.

2. Caso a avaliação mencionada no ponto 1 não conclua por qualquer impedimento que obste a sinalização pretendida, pode a Câmara Municipal deliberar pela atribuição de um lugar de estacionamento para deficientes, nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Esta competência, conforme o previsto no nº 1 do artº 65º, foi delegada no Presidente da Câmara, por deliberação de 6/11/2012, e subdelegada nos Vereadores através dos despachos proferidos na mesma data.

3. No caso de a decisão ser favorável à colocação da sinalização solicitada a mesma deverá ser aplicada em conformidade com as especificações técnicas constantes do Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro, alterado pelos Decretos Regulamentares nºs 41/2002, de 20 de Agosto, 13/2003, de 26 de Junho, e 2/2011, de 3 de Março, e pelo Decreto-Lei nº 39/2010, de 26 de Abril.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
28-08-2012

Informação em Anexo.
2012.09.04
(Mário Monteiro, Eng., Chefe Div. O.P.M.)

DESPACHO
Ao D.O.U.
Ao c/ Sr. Chefe de Divisão, Eng.º Mário Monteiro:
⇒ Proceder à Avaliação Urgente sugerida no Ponto 1.) das “Conclusões”.
(João Gouveia, Dr., Presidente de Câmara)
2012.08.28

Deliberado, por unanimidade, aprovar um lugar de Estacionamento, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 13. RECURSOS HUMANOS

- . Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- . Contratação de Serviços Externos
 - Escolha do Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: RECURSOS HUMANOS
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS
- PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 19.200,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e que a Autarquia não dispõe de recursos próprios que prestem o serviço em causa, cf. n.º 2 do art. 127.º do CCP.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 01.02.02.02.20.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à seguinte empresa:

- **Seghisa - Gabinete Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.**

4. JÚRI

Uma vez que se trata do regime simplificado, de acordo com o artigo 128º do CCP, está dispensada a criação de Júri para análise da proposta.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
11/09/2012

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vereador *,
(Américo Nogueira)
12.09.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

c

Assunto: Segurança de Higiene, Saúde e Medicina no Trabalho

- **Contratação de empresa prestadora de serviços de medicina do trabalho**
 - **Ajuste Directo** (Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do determinado superiormente, fizemos o enquadramento legal da situação em apreço e elaborámos a informação que passamos a apresentar.

Dispõe o n.º 1 do art. 221.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, **que o trabalhador tem direito à prestação de trabalho em condições de segurança, higiene e saúde asseguradas pela entidade empregadora pública**, estando esta entidade nos termos do n.º 2 do mesmo artigo,

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

obrigada a organizar as actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção de saúde do trabalhador.

Deste modo, o Município de Soure celebrou em Maio de 2011, um contrato de prestação de serviços na modalidade de ajuste directo, no valor de 11.475,00 euros, pelo período de um ano, com a empresa SEGHISA.

Assim, tendo em vista garantir a continuidade externa dos serviços clínicos de Segurança Higiene e Saúde no Município, os nossos Serviços de Segurança de Higiene, Saúde e Medicina no Trabalho vieram sugerir:

→ o alargamento do âmbito daqueles Serviços nas áreas de:

- Medição e controlo de factores de risco;
- Elaboração de relatórios sobre as condições de Trabalho e riscos inerentes;
- Identificação de medidas correctivas e preventivas que possam ser colocadas em práticas sobre o funcionamento e utilização das instalações, equipamentos, sistemas e processos de trabalho;
- Planos de segurança contra incêndios/emergência;
- Campanhas de sensibilização de vacinação preventiva dos riscos de exposição no local de trabalho;
- Acções de Educação para a saúde, visando as boas práticas individuais e colectivas;
- Actividades de formação em contexto de trabalho.

→ a celebração de um ajuste directo por um ano com a mesma empresa -SEGHISA-, para os trabalhos supra mencionados no valor de 19.200,00€/ano, 1.600,00/mês, sendo objecto de uma renovação por um ano, caso as partes assim o entendam, com aviso prévio de 30 dias antes da data do término do contrato.

DO DIREITO:

A adopção da modalidade de ajuste directo, encontra regulamentação na al a) do n.º 1 do art. 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que dispõe que "a escolha do ajuste directo só permite a celebração de contratos de valor inferior a €75 000".

Nos termos do art. 114.º do diploma supra mencionado a entidade adjudicante pode, sempre que o considere conveniente, convidar a apresentar a proposta a mais de uma entidade".

No caso em apreço, como se trata de dar continuidade a um serviço com algumas especificidades de natureza reservada, nomeadamente, observação, análise, estudo e registos clínicos dos trabalhadores, os Serviços de Segurança de Higiene, Saúde e Medicina no Trabalho, sugeriram fazer o Convite à empresa que tem desenvolvido estes trabalhos (SEGHISA).

DA COMPETÊNCIA:

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do art. 18 do Decreto-lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

Face ao exposto, concluímos, salvo melhor entendimento, que o Sr. Presidente de Câmara ou Vereador em quem tenha delegado competências, pode celebrar um Ajuste Directo nos termos da Proposta apresentada pelos Serviços de Segurança de Higiene, Saúde e Medicina no Trabalho do Município, uma vez que a mesma está devidamente fundamentada e legalmente enquadrada na lei vigente.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 11 de Setembro de 2012

A Técnica Superior,
(Susana Ramos, Dra.)

DESPACHO

À D.A.G.F.R.H.

Ao c/ Dr. Ivo Costa para informação.

O Vereador

(Américo Nogueira)

2012.09.11

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

e

Assunto: *Contratação de empresa prestadora de serviços de medicina do trabalho.*

De acordo com o art.º 221.º do Regime constante do Anexo I da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, os trabalhadores têm o direito à prestação de trabalho em condições de segurança, higiene e saúde asseguradas pela entidade empregadora pública, sendo esta obrigada a organizar atividades que visem a prevenção de riscos profissionais e promoção da saúde do trabalhador.

Garantir a segurança das condições de trabalho, integridade física e mental dos trabalhadores, a melhoria do exercício das práticas de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho, dentro do quadro legal vigente, é sem dúvida, um dos grandes compromissos que abraçamos no propósito de contribuir para o aperfeiçoamento e aumento da qualidade e da produtividade dos serviços do Município. A dinâmica que obriga, a atividade destes serviços, a experiência e os resultados alcançados, após um ano de prestação de serviço externo, leva-nos a observar, a oportunidade e utilidade de sugerir superiormente o alargamento do âmbito destes serviços.

Por outro lado, há ainda a salientar as características desta prestação de Serviços, que se encerra em algumas especificidades de natureza reservada. Consideramos também importante, mencionar a componente de observação e conhecimento clínico dos trabalhadores do Município, por forma a manter uma continuidade e aproximação das

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

apreciações clínicas. Os acidentes de trabalho, as doenças profissionais, as más práticas do exercício de funções, confrontam também, na maioria dos casos, com a envolvimento formativa, preventiva. Proteger, formar e corrigir.

Por Deliberação do executivo Municipal de Soure, foi adjudicada à firma, **SEGHISA**, pelo período de um ano, a Prestação de Serviços externos de Segurança Higiene e Saúde no valor de **11.475,00€**.

Sugerimos o alargamento do âmbito destes serviços, em colaboração com os Serviços Internos de S.H.T., nomeadamente nas áreas de:

1. Medição e controlo de fatores de risco;
2. Elaboração de relatórios sobre as condições de Trabalho e riscos inerentes;
3. Identificação de medidas corretivas e preventivas que possam ser colocadas em práticas sobre o funcionamento e utilização das instalações, equipamentos, sistemas e processos de trabalho;
4. Planos de segurança contra incêndios/emergência;
5. Campanhas de sensibilização de vacinação preventiva dos riscos de exposição no local de trabalho;
6. Ações de Educação para a Saúde, visando as boas práticas individuais e coletivas;
7. Atividades de formação em contexto de trabalho.

O total estimado da adjudicação para os referidos trabalhos é de **19.200,00€/ano**, ou seja, um valor de **1.600,00€/mês**. Sugiro ainda, uma cláusula temporal, com a salvaguarda de possibilitar a renovação por igual período de um ano, caso as partes assim o venham a entender no prazo máximo de 30 dias antes da data dos termos do contrato.

À superior consideração,
O Técnico Superior de S.H.S.T
(Mauro Alegre, Eng.)
04-09-2012

DESPACHO
Ao c/ Dra. Susana Ramos
para informação jurídica.
O Vereador*
Américo Nogueira
2012.09.05

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

**Ponto 14. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS
MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE**

. Publicidade

**- POIARTES 2012 - XXIII Feira Nacional de Artesanato de Vila Nova de
Poiares**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS
DO MUNICÍPIO DE SOURE**

- POIARTES 2012 – XXIII Feira Nacional de Artesanato de Vila Nova de Poiares

* Autorização para divulgar o evento

* Isenção de taxas

O Município de Vila Nova de Poiares solicitou autorização para divulgar a XXII Feira Nacional de Artesanato – Poiartes 2012, a realizar de 7 a 10 de setembro de 2012.

Pretende fazer a divulgação do evento entre os dias 27 de agosto e 10 de setembro de 2012, com pendões plásticos que serão recolhidos logo após o término do certame. Sugere-se que seja autorizada a divulgação do evento.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 50€.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, ao abrigo do artigo 26º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, poderá ser concedida a isenção de taxas devidas pela divulgação do evento.

Assim, sugere-se ainda que, dado tratar-se de uma iniciativa com impacto cultural, económico e social, se possa equacionar a aprovação da isenção solicitada.

À Consideração Superior

Maria José Carvalho – Engª Civil
Chefe de Divisão O.P.U.
6 de setembro de 2012

DESPACHO

Defira-se de acordo com a informação da Senhora Chefe de Divisão.

À Reunião de Câmara para ratificação.

O Vereador*

Mário Jorge Nunes

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

c

assunto: Isenção de taxas

processo: 10798/2012

requerente: Município de Vila Nova de Poiares

local: Soure

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

Assunto: Isenção de Taxas

Relativamente à questão colocada sob análise jurídica somos a informar o seguinte:

Através do requerimento referido em epígrafe, vem, o Município de Vila Nova de Poiares, solicitar a isenção de taxas devidas pelo licenciamento de colocação de publicidade nas artérias principais de Soure, alusiva a “POIARTES 2012 – XXIII Feira Nacional de Artesanato de Vila Nova de Poiares”.

A matéria das isenções subjectivas das taxas municipais, encontra-se regulada no artigo 25.º e 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Soure (RLCTM).

No presente caso o requerente é um Município, uma pessoa colectiva de direito publico mas que não se insere no grupo das entidades, passíveis de isenção do pagamento de taxas, previstas no artigo 25.º do RLCTM.

No entanto, para além das isenções e entidades, referidas no supra mencionado artigo 25.º, prevê o artigo 26.º do RLCTM a possibilidade de concessão de outras isenções totais ou parciais, mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do artigo 26.º do RLCTM poderá ser concedida, ao Município de Vila Nova de Poiares, a isenção de taxas devidas pelo licenciamento de colocação de publicidade nas artérias principais de Soure, alusiva a “POIARTES 2012 – XXIII Feira Nacional de Artesanato de Vila Nova de Poiares” desde que por deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

5 de Setembro de 2012
À consideração superior
(Edgar J. Domingues, Dr.)

14.1. Autorização para Divulgação de Evento

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes. -----

14.2. Isenção de Taxas

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes. -----

Ponto 15. REDE DE GÁS NATURAL

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Gás Natural

- Execução de ramais domiciliários
- AUTORIZAÇÃO.
- Taxa de ocupação do subsolo
- APLICAÇÃO

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

Relativamente ao tema em assunto, informamos:

1. Foi recentemente concluída uma primeira fase relativa aos trabalhos de implantação da conduta principal de ligação do Gás Natural à Vila de Soure, respectiva Zona Industrial e alguns lugares limítrofes;
2. A fase seguinte, já iniciada, tem a ver com a realização dos necessários ramais particulares de ligação às habitações e/ou outros pontos de utilização do gás;
3. Com esse objetivo tem vindo a Lusitaniagás, S.A. a comunicar a sua intenção de proceder à realização de diversos ramais domiciliários, previamente solicitados pelos interessados, nas zonas já servidas com a conduta principal;
4. As comunicações em causa, em anexo, são as seguintes:
 - a. Do dia 18/07, relativa a 48 ramais a executar em Areias do Pinheiro, São José do Pinheiro e Soure;
 - b. Do dia 06/08, relativa a 30 ramais a executar em Soure e Valouro;
 - c. Do dia 20/08, relativa a 3 ramais a executar em Soure;
 - d. Do dia 28/08, relativa a 2 ramais a executar em Soure;
 - e. Do dia 05/09, relativa a 2 ramais a executar em Soure.
5. De acordo com informação da Lusitaniagás, S.A. os procedimentos para ligação dos ramais são os seguintes:
 - 1º. Angariação do cliente pela Lusitaniagás, S.A.;
 - 2º. Montagem da caixa do contador;
 - 3º. Execução do ramal;
 - 4º. Reconversão da instalação do utilizador (moradia ou apartamento), efetuada pela Lusitaniagás, sem custos para o utilizador.
6. Até à data foram já executados, pela Lusitaniagás, S.A., cerca de 23.000 metros de condutas e ramais de gás natural em domínio público municipal, nas freguesias de Alfarelos, Granja do Ulmeiro e Soure;
7. De acordo com o procedimento habitual, em casos semelhantes, nos Municípios onde a concessionária é já obrigada a pagar a taxa de ocupação do subsolo, esta é repercutida na fatura a pagar pelo consumidor.

Nestas circunstâncias e face à informação jurídica em anexo, elaborada pelo Dr. Gil Soares, sugere-se:

- a) Que se autorize a realização dos ramais em causa, devendo a reposição dos respetivos pavimentos ser efetuada em conformidade com os atualmente existentes;
- b) Que sejam aplicadas as taxas de ocupação de subsolo devidas e previstas no Capítulo V da Tabela de taxas constante do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

À consideração superior,

(O Chefe Divisão O.P.M.)

(Mário Monteiro, Eng.º.)

2012-09-12

e

Assunto: Gás Natural

- Execução de ramais domiciliários

. Lusitaniagás SA

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A Lusitaniagás, SA tem vindo a informar o Município de Soure, através de vários ofícios, da intenção de proceder à execução de diversos ramais domiciliários nas zonas já servidas pela conduta principal de ligação do Gás Natural, designadamente em Areias do Pinheiro, São José do Pinheiro, Soure e Valouro.

A realização dos referidos ramais irá ser efectuada em vias rodoviárias municipais, consubstanciando-se, por isso, como veremos adiante, numa ocupação do domínio público municipal.

No que concerne à realização da intervenção propriamente dita, e nos termos da informação do Exmo Senhor Chefe de Divisão, desde que a reposição dos pavimentos seja feita em conformidade com os actualmente existentes, não se vê inconveniente à pretensão da Lusitaniagás SA, já que, por um lado, se trata de uma mera concretização da ligação de gás natural da conduta principal aos domicílios dos particulares interessados, e por outro, esta concessionária de um serviço público tem um direito genérico á ocupação e utilização do domínio público municipal, resultante da concessão que lhe foi atribuída, não podendo, no entanto, efectivar essa ocupação sem autorização municipal, ou seja, estando vedado ao órgão municipal o indeferimento do pedido apresentado, este **pode intervir quanto ao “como” da ocupação, definido, por exemplo, condicionantes de natureza técnica que minorem os prejuízos que a ocupação do domínio público possa eventualmente representar.**

Relativamente à taxa devida pela ocupação do subsolo de domínio público municipal, definiremos o domínio público municipal e os bens que nele se integram.

O domínio público municipal é o conjunto de coisas públicas (móveis e imóveis) pertencentes às autarquias locais submetidas a um regime jurídico específico que visa garantir a sua utilidade pública.

Dispõe a al. d) do nº 1 do artº 84º da Constituição da República Portuguesa que as estradas são integradas no domínio publico, sendo municipais, integram, naturalmente, o domínio público municipal, por força do nº 2 do artº 84º da CRP “*A lei define quais os bens que integram (...) e o domínio público das autarquias locais (...)*”.

Em suma, da conjugação destes dois preceitos constitucionais **conclui-se que as estradas fazem parte integrante do domínio público municipal, cabendo à Câmara Municipal administra-lo**, nos termos da al. b) do nº 7 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Ora, uma das consequências de o Município ter o direito de propriedade pública sobre as estradas municipais é o **poder de cobrar taxas pelo uso especial ou uso privativo da coisa**; “*As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei*” – vide artº 3º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro e nº 1 do artº 15º da Lei das Finanças Locais.

O Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais prevê, no âmbito da sua Tabela de Taxas, **no capítulo V, sub-secção III, artigo 76º, as taxas devidas pela ocupação do solo e subsolo de**

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

domínio municipal, com tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes – por metro linear ou fracção e por ano, enquadrando-se aqui a execução dos ramais domiciliários pretendida.

A Lusitaniagás SA, como concessionária, integra-se nas chamadas “**empresas de rede**”, ou seja, é uma empresa que exerce uma actividade económica que, por si mesma, consiste em oferecer capacidade de utilização de uma rede a terceiros (prestadores de serviços ou utilizadores finais) ou que, pelo menos, exige a utilização de uma rede para fins próprios, sendo que a “rede” é uma infra-estrutura composta por meios de natureza física ou imaterial dispostos de forma organizada num determinado território e que permitem o encaminhamento de coisas ou de sinais de pontos determinados para outros pontos determinados dessa infra-estrutura.

Estas infra-estruturas são, portanto, meios que estas empresas carecem para exercer as actividades inscritas no respectivo objecto, e resultantes da concessão, e é por esse motivo que a lei lhes atribui alguns direitos, designadamente, entre outros, o de:

- a) Utilizar e ocupar, nas condições definidas pela legislação aplicável, os bens de domínio público ou privado do Estado e dos Municípios para o estabelecimento ou passagem das infra-estruturas ou instalações integrantes da concessão;
- b) Solicitar a expropriação, por utilidade pública urgente, nos termos do Código das Expropriações, dos imóveis necessários ao estabelecimento das partes integrantes da rede pública de gás natural;
- c) Solicitar a constituição de servidões sobre os imóveis necessários ao estabelecimento das partes integrantes da rede pública de gás natural, nos termos da legislação legal aplicável.

Assim, cumpridas determinadas exigências como a reposição de pavimentos ou passeios nas condições em que estes se encontravam, a lei confere a estas empresas o direito de ocupação e de utilização do domínio público municipal, onde se incluem as estradas e o seu subsolo, existindo aqui um direito genérico conferido por via e força de lei a uma entidade ou a uma categoria de entidades.

A referência às estradas municipais, como categoria de bens que integram o domínio público de circulação rodoviária móvel, aponta para a utilização do domínio público municipal pelas instalações das infra-estruturas das empresas de rede as quais são suportadas pela estrutura de circulação, ou seja, pelo subsolo.

A colocação de tubagens no subsolo consubstancia uma utilização individualizada deste, uma vez que, mantendo a Lusitaniagás SA essa utilização, não será possível utilizar o mesmo espaço para outras finalidades, ficando, assim, limitada a possibilidade de utilização desse subsolo para outras actividades de interesse público.

A Lusitaniagás dispõe-se a desenvolver uma actividade económica lucrativa, e para isso reuniu e organizou meios que lhe permitiram obter uma concessão de serviço que se propõe conseguir os seus ganhos mas, para tanto, necessita de transportar e distribuir o bem que comercializa, no âmbito de tal concessão.

Também por isso e para isso precisa de ocupar o subsolo com instalações atinentes àquele fim, deste modo, a utilização que a Lusitaniagás SA faz do subsolo satisfaz, desde logo, as suas necessidades individuais, enquanto empresa que assim assegura um factor de produção; mediatamente, satisfaz,

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Setembro de 2012

ainda, a necessidade colectiva de dispor, nos locais de consumo, do gás que ela distribui e comercializa.

Assim, se é certo que a ocupação e utilização do subsolo ainda integra a “*sua função própria de satisfação de necessidades colectivas*”, menos certo não é que, do mesmo passo, é satisfeita a sua necessidade individual, enquanto entidade organizada com vista á exploração de um ramo de negócio, naturalmente, com escopo lucrativo.

A onerosidade da ocupação e utilização dos bens públicos já resulta do direito de propriedade pública, porém, a lei nº 53-E/2006 autoriza expressamente os municípios a cobrarem “*taxas pela utilização privada de bens de domínio público*”.

Pode, assim, afirmar-se que os municípios estão legalmente autorizados a cobrar taxas pela ocupação do domínio público a todas as entidades que não beneficiem de uma isenção legal expressa nesse sentido, **mesmo que elas sejam titulares de um direito legal de ocupar e de utilizar bens públicos municipais e mesmo que, nos termos da lei, não tenham de obter uma licença municipal de ocupação.**

Por isto, a taxa devida a propósito da ocupação e utilização do subsolo tem contrapartida na disponibilidade dessas ocupação e utilização em benefício da Lusitaniagás SA, para satisfação das suas necessidades individuais de empresa dedicada à distribuição e venda de gás natural.

CONCLUSÕES

1- As estradas, e o correspondente subsolo, pertencentes ao município integram-se no domínio público municipal por força da leitura conjugada da al. d) do nº 1 e nº 2 do artº 84º da CRP.

2- Compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal, cfr. al. b) do nº 7 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Esta competência foi delegada no Presidente da Câmara Municipal por deliberação do Executivo de 06 de Novembro de 2009, e sub-delegadas nos Vereadores através de despachos proferidos na mesma data.

3- A Lusitaniagás SA tem um direito genérico de ocupar e utilizar, nas condições definidas pela legislação aplicável, os bens de domínio público dos municípios, para o estabelecimento ou passagem das infra-estruturas necessárias à concretização do objecto da concessão.

4- O município poderá definir o modo como é autorizada a execução dos ramais, designadamente pela exigência de reposição de pavimentos ou outros, em conformidade com a situação pré-existente.

5- O Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais prevê, no âmbito da sua Tabela de Taxas, no capítulo V, sub-secção III, artigo 76º, as taxas devidas pela ocupação do solo e subsolo de domínio municipal, com tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes – por metro linear ou fracção e por ano, enquadrando-se aqui a execução dos ramais domiciliários pretendida.

6- Os municípios estão legalmente autorizados a cobrar taxas pela ocupação do domínio público a todas as entidades que não beneficiem de uma isenção legal expressa nesse sentido, mesmo que elas

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

sejam titulares de um direito legal de ocupar e de utilizar bens públicos municipais e mesmo que, nos termos da lei, não tenham de obter uma licença municipal de ocupação.

Não estando a Lusitaniagás SA isenta por lei, estará obrigada a proceder ao pagamento da taxa pela ocupação do subsolo resultante da aplicação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

Face ao atrás exposto, sugere-se:

- 1- Que a Câmara Municipal autorize a execução dos ramais domiciliários por parte da Lusitaniagás SA, devendo esta empresa cumprir os requisitos constantes da informação do Senhor Chefe de Divisão:
- 2- Que os serviços técnicos apurem, de acordo com o Regulamento, as taxas devidas pela ocupação, com a execução destes ramais domiciliários, do subsolo do domínio público municipal e notifiquem a empresa Lusitaniagás SA para que proceda à sua liquidação;
- 3- Relativamente à conduta principal e ramais já executados, deverão, ainda, os serviços técnicos, inventariar a sua extensão na ocupação do subsolo do domínio público municipal e, de acordo com o Regulamento, aplicar as taxas devidas, notificando a empresa Lusitaniagás SA para proceder à sua liquidação.

À superior consideração,

O Técnico Superior,

(Gil Soares, Dr.)

11-09-2012

**15.1. Execução de Ramais Domiciliários
- Autorização**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização da Execução de Ramais Domiciliários, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

**15.2. Taxa de Ocupação do Subsolo
- Aplicação**

Foi tomado conhecimento. -----

**Ponto 16. AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA N.º 2986, DENOMINADA SERRA DO CARVALHAL
. Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure - 3.ª -
(Alteração do n.º 3 do art.º 47.º do Regulamento do PDM
Alteração à Planta de Ordenamento do PDM)**

Foram presentes as seguintes informações:

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

Assunto: 3ª Alteração Parcial ao Plano Diretor Municipal de Soure

- Alteração do nº 3 do artigo 47º do Regulamento do PDM
- Alteração à planta de ordenamento do PDM
- * Término do período de discussão pública
 - Relatório de Ponderação de Resultados
- * Proposta Final

Concluído o período de discussão pública da proposta de alteração do nº 3 do artigo 47º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Soure (PDM), e da alteração à planta de ordenamento do PDM, a Câmara Municipal pondera as reclamações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares.

De acordo com o referido no relatório de ponderação dos resultados da discussão pública, foram prestados alguns esclarecimentos verbais a particulares e não foi recebida nenhuma reclamação ou pedido de sugestão.

A empresa Entreventos apresentou a sua discordância pela dispensa da Avaliação Ambiental Estratégica que foi analisada no relatório de ponderação dos resultados da discussão pública.

O Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, juntamente com o parecer favorável sugeriu uma nova redação para o nº 3 do artigo 47º do Regulamento do PDM, fora do prazo atribuído pela CCDRC para se pronunciar.

Trata-se de um parecer emitido pós conferência de serviços realizada a 31/05/2012, posteriormente a se ter considerado que aquela entidade nada tinha a opor relativamente à proposta de alteração do plano.

A redação atual do nº 3 do artigo 47º do PDM é:

“3 - Admite-se a instalação de indústrias da classe B nos locais das indústrias extractivas desde que exclusivamente de apoio a estas indústrias.”

A redação proposta pela Câmara Municipal de Soure é:

“3 – Admite-se a instalação de indústrias nestes espaços, desde que de apoio à indústria extrativa ou dependentes da matéria-prima.”

O ICNB propõe a seguinte redação:

“3 – Admite-se nestes espaços a instalação de indústria extrativa ou indústria dependente da matéria-prima aí existente, sendo obrigatória a adoção de medidas de integração paisagística durante a fase de exploração, sem prejuízo de outra legislação aplicável.”

No parecer favorável emitido pelo ICNB é referido que a proposta da Câmara Municipal de Soure não contraria o Plano Setorial da rede Natura 2000 e suas orientações, e enquadra-se no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Concordam também com a fundamentação para a dispensa da Avaliação Ambiental.

Não apresentam fundamentação para a nova redação sugerida para o nº 3 do artigo 47º do regulamento do PDM.

Qualquer alteração a introduzir agora à versão aprovada pela Câmara determina a necessidade de repetir todo o processo.

Por este motivo, entendo que a sugestão do ICNB, por ser extemporânea e não estar fundamentada, não deve ser considerada, mantendo-se a proposta de alteração aprovada na reunião de Câmara de 27 de abril de 2012.

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

Considerando a informação jurídica de suporte, sugere-se que a Câmara delibere:

- Aprovar o relatório de ponderação dos resultados da discussão pública;
- Aprovar a proposta final da 3ª alteração parcial ao Plano Diretor Municipal de Soure (manter a já aprovada), para enviar à CCDRC, nos termos da lei.

À Consideração Superior

Maria José O. Carvalho – Eng^a
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento
12 de Setembro de 2012

e

Assunto: Alteração parcial ao Plano Diretor Municipal de Soure (n.º 3 do artigo 47.º do regulamento e alteração à planta à escala 1/25 000)
Terminus do período de discussão pública – Procedimentos

1. Por deliberação da Câmara Municipal de Soure, tomada em reunião pública de 21 de junho de 2012, foi submetida a discussão pública a proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Soure, pelo prazo de 30 dias;
2. O referido período decorreu entre 11 de julho a 22 de agosto de 2012 (30 dias úteis, com início no 5.º dia útil seguinte à publicação do Aviso n.º 9077/2012, no Diário da República, 2.ª série, n.º 127, de 3 de julho de 2012;
3. De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua atual redação (RJGT), a Câmara Municipal ponderará as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada, comunicada por escrito, perante aqueles que invoquem, designadamente:
 - a) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;
 - b) A incompatibilidade com planos, programas e projetos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
 - c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
 - d) A eventual lesão de direitos subjetivos.
4. Resulta do disposto no n.º 8 do artigo 77.º antes referido que findo o período de discussão pública, a Câmara Municipal pondera e divulga, designadamente através da comunicação social e da respetiva página da internet, os respetivos resultados e elabora a versão final da proposta de alteração ao PDM para aprovação.
5. Nestes termos,
 - a) Deverá ser verificado se foram apresentadas reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento pelos particulares e elaborado o relatório de ponderação dos resultados da discussão pública;

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Setembro de 2012***

- b) A Câmara Municipal pondera as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados, responde por escrito e diretamente aos interessados nos casos previstos no n.º 5 do art.º 77.º (n.ºs. 5,6 e 7 do RJIGT);
- c) Os resultados da discussão pública deverão ser divulgados, designadamente na comunicação social e na página da Internet (n.º 8 do art.º 77.º do RJIGT);
- d) A Câmara Municipal elabora a versão final da proposta de alteração ao PDM (n.º 8 do art.º 77.º do RJIGT);
- e) Esse projeto de versão final é remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro para parecer final, não vinculativo, no prazo de 10 dias (n.º 1 do art.º 78.º do RJIGT).

À Consideração Superior,
A técnica superior,
(Dulce Helena Rocha Vieira)
2012-08-24

16.1. Terminus do Período de Discussão Pública
- Relatório de Ponderação de Resultados

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Relatório de Ponderação de Resultados, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

16.2. Proposta Final

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta Final da 3.ª Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----
